

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CLARA BARBOSA FERREIRA

“REBELLIONS ARE BUILT ON HOPE”:
ROGUE ONE E A EMERGÊNCIA DE GUERRAS CIVIS

UBERLÂNDIA

2023

ANA CLARA BARBOSA FERREIRA

“REBELLIONS ARE BUILT ON HOPE”:
ROGUE ONE E A EMERGÊNCIA DE GUERRAS CIVIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

UBERLÂNDIA

2023

ANA CLARA BARBOSA FERREIRA

“REBELLIONS ARE BUILT ON HOPE”:
ROGUE ONE E A EMERGÊNCIA DE GUERRAS CIVIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 19 de junho de 2023.

Banca examinadora:

Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU)

Orientador

Dr. Edson José Neves Júnior (UFU)

Me. Luisa Davi Oliveira de Mesquita (PUC-RJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais, Wellington e Cléia, cujo amor e apoio foram tamanhos que jamais conseguirei retribuir à altura. Dedico a realização desse sonho a vocês. Agradeço também à minha primeira professora e melhor amiga, Maria Luiza, sem a qual não seria metade da mulher e estudante que sou. Você foi e sempre será a minha maior inspiração. Ao meu companheiro de vida, Igor, serei para sempre grata pelo seu suporte incondicional, sua paciência e amor. Espero que a vida me dê a oportunidade de retribuir.

Durante os anos de graduação, colhi diversas amizades com as quais pude dividir as alegrias e sofrimentos da vida universitária e, por isso, agradeço especialmente à Letícia e Lutiéle, pela companhia, ajuda e acolhimento. Essa jornada não teria metade da graça sem vocês.

Sou também grata aos diversos professores e professoras que, cada um à sua maneira, ajudaram a compor a internacionalista que me torno. Agradeço à Luisa por aceitar compor essa banca e por, indiretamente, servir como inspiração e orientação para o desenvolvimento da minha pesquisa. Agradeço também ao professor Edson Neves e ao seu grupo de estudos de Relações Internacionais e Linguagens Artística (RILA), que foram fundamentais para que eu encontrasse a minha paixão dentro deste complexo campo das RI.

Por fim, deixo aqui meus imensos agradecimentos ao meu orientador, professor Áureo, que acolheu minha proposta e me ajudou a alcançar o objetivo de relacionar duas de minhas grandes paixões. Sou muito grata pelos direcionamentos e ensinamentos.

[Obi-Wan Kenobi]: *“You’re going to find that many of the truths we cling to depend greatly on our point of view.”*

(Star Wars: O Retorno do Jedi, 1983, 88’48’)

RESUMO

Os produtos de cultura pop permitem ao seu público acessar diferentes representações da realidade social, sendo cada vez mais mobilizadas no campo das Relações Internacionais (RI) para tratar dos mais diversos fenômenos. Como parte desses esforços, apresentou-se como objetivo a realização de uma análise do filme “Rogue One: uma história Star Wars” a partir das teorias que definem e explicam a emergência de guerras civis. Diante disso, a presente monografia resgatou contribuições de estudiosos de RI dedicados à agenda dos estudos estéticos e de cultura pop, na busca por legitimar o presente trabalho e compreender as possibilidades existentes. Adiante, foram investigadas as principais propostas de definição ao conceito de guerra civil, diferenciando-o de outras formas de conflitos internos, e foram apresentadas as principais lógicas explicativas contemporâneas para a emergência de tais guerras, sendo estas as teses da frustração, da cobiça e das oportunidades. A análise foi realizada mediante a mobilização do paradigma indiciário de Ginzburg, focalizando indícios que comprovassem a validade dos indicadores estipulados com base nas teorias. Os resultados obtidos após o desenvolvimento da análise indicam ser a tese das oportunidades a teoria mais adequada à compreensão e explicação dos eventos retratados no longa-metragem, visto que foram identificadas falhas na estrutura do Império que permitiram o empreendimento de ofensivas pela Aliança Rebelde, comprovando a hipótese inicialmente apresentada.

Palavras-chave: cultura pop, *Rogue One*, guerras civis, paradigma indiciário.

ABSTRACT

Pop culture products allow their audience to access different representations of social reality, being increasingly mobilized in the field of International Relations (IR) to deal with the most diverse phenomena. As part of these efforts, the objective was to develop an analysis of the film “Rogue One: A Star Wars Story” based on the theories that define and explain the emergence of civil wars. Given this, this monograph rescued contributions from IR scholars dedicated to the agenda of aesthetic and pop culture studies, in the quest to legitimize this paper and understand the existing possibilities. Further, the main proposals for defining the concept of civil war were investigated, differentiating it from other forms of internal conflicts, and the main contemporary explanatory logics for the emergence of such wars were presented, these being the grievance, greed and opportunities thesis. The analysis was developed through the mobilization of Ginzburg's inductive paradigm, focusing on evidence that proved the validity of the stipulated indicators based on the theories. The results obtained after the development of the analysis indicate that the thesis of opportunities is the most adequate theory for the understanding and explanation of the events portrayed in the feature film, since were identified flaws in the structure of the Empire that allowed the undertaking of offensives by the Rebel Alliance, proving the hypothesis initially presented.

Keywords: pop culture, Rogue One, civil wars, inductive paradigm.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reunião do conselho rebelde para deliberação sobre o ataque em Scarif.....	50
Figura 2 – Naves e pilotos da Aliança Rebelde na base em Yavin 4	51
Figura 3 – Forças imperiais em combate contra as forças de Saw Gerra.....	53
Figura 4 – Reunião do conselho rebelde sobre a invasão de Scarif	54
Figura 5 – Conversa entre o Governador Tarkin e o Diretor Krennic sobre a Estrela da Morte	59
Figura 6 – Conversa entre o Governador Tarkin e o Diretor Krennic sobre a Estrela da Morte	60
Figura 7 – Ruas de Jedha	62

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ESTÉTICA, CULTURA POP E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	12
2.1. Virada estética.....	12
2.2. Cultura pop e Relações Internacionais.....	17
2.4. O paradigma indiciário	24
3. A EMERGÊNCIA DAS GUERRAS CIVIS.....	27
3.1. O que são guerras civis?.....	28
3.2. Por que os indivíduos combatem?.....	33
4. ROGUE ONE: A GALÁXIA EM GUERRA CIVIL	42
4.1. Transformações políticas e a Guerra Civil Galáctica	42
4.2. Rogue One e as teorias de guerra civil	46
4.2.1. A Guerra Civil Galáctica como uma guerra civil.....	48
4.2.2. As razões para a emergência da Guerra Civil Galáctica	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Os produtos de cultura pop permitem ao seu público acessar diferentes representações da realidade social, contribuindo para construir certas perspectivas sobre um tema ou para inserir um dado questionamento no debate público. No campo das Relações Internacionais (RI), tais representações podem e são mobilizadas de diferentes formas, de modo que cada vez mais tornam-se objeto de estudo dos analistas da área, como Neumann e Nexon (2006). Estes defendem que os elementos de cultura pop podem atuar como ferramentas pedagógicas no ensino de RI, servindo como espelhos da vida social e política que facilitam a compreensão de conceitos e processos. Cynthia Weber (2005) tece argumentos semelhantes, defendendo o uso do cinema para revisitar contribuições teóricas do campo.

Partindo desta perspectiva, entende-se que as grandes franquias cinematográficas são importantes produtos de cultura pop da atualidade e, portanto, servem como instrumentos para a análise de variados temas dentro do campo das Relações Internacionais. Tendo isto posto, o ponto de partida do presente trabalho é o universo da franquia de ficção científica *Star Wars*, criado na década de 1970 pelo cineasta George Lucas. Sucesso de vendas, o referido universo teve como destaque recente o spin-off¹ “Rogue One: uma história Star Wars”, lançado em 2016 e cuja arrecadação em bilheteria mundial ultrapassou 1 bilhão de dólares (STATISTA, 2023). A obra narra acontecimentos que se inserem entre os Episódios III e IV da saga, o que, considerando as datas de lançamento dos filmes da primeira trilogia (Episódios IV, V e VI), caracteriza Rogue One como uma prequência.

O enredo do longa se ocupa da explicação de como se deu o roubo dos planos da Estrela da Morte – a nova arma de destruição em massa do Império Galáctico – pela Aliança Rebelde, evento que marca a primeira vitória rebelde na Guerra Civil Galáctica. Em razão de tal enfoque, o filme permite ao espectador acompanhar a organização das forças rebeldes, as condições que precedem o conflito civil, bem como os fatores que contribuem para a sua emergência. Os temas e debates introduzidos por este enredo conformam uma representação do objeto de estudo de diferentes proposições teóricas, as quais buscam responder, dentre outras questões, quais motivos levam os indivíduos a combaterem em guerras civis.

Entende-se que o sucesso de bilheteria do filme, bem como sua capacidade de representar eventos políticos, são justificativas suficientes para que se empreenda uma análise

¹ O termo spin-off (subproduto, em português) é comumente utilizado para descrever obras cinematográficas cuja história deriva de obras lançadas anteriormente.

deste. Assim sendo, o problema que norteia o presente trabalho é justamente a identificação de qual das teorias de guerra civil melhor explicam os acontecimentos retratados em *Rogue One*, tornando essencial o mapeamento das proposições teóricas que buscam explicar o surgimento de conflitos civis. Sabe-se que, dentre as contribuições contemporâneas, destacam-se três teses: a dos atores desprovidos, a das oportunidades e a dos atores racionais (FREIRE, 2011).

Segundo Cederman e Vogt (2017), a primeira delas entende o surgimento de guerras civis como sendo uma resposta às condições de injustiças e desigualdades sociais e econômicas. A tese das oportunidades, por sua vez, oferece como explicação a existência de oportunidades para que os civis combatam, entendendo que o conflito não é fruto das motivações dos indivíduos, mas sim das falhas na estrutura estatal. Por fim, os autores afirmam que a terceira tese mobiliza a racionalidade para apresentar a cobiça dos civis como sua motivação, de modo que estes combatem na busca por maximizar seus ganhos materiais.

Tendo isto posto, a hipótese a ser defendida neste trabalho é a de que os eventos que retratam a emergência da Guerra Civil Galáctica na obra “*Rogue One: Uma história Star Wars*” podem ser melhor compreendidos e explicados pela tese das oportunidades. Isto pois, considera-se uma falha na estrutura estatal a emergência de grupos rebeldes armados, que rompem com o monopólio da violência do Império Galáctico. Ainda, as chances apresentadas ao personagem Galen Erso para inserir uma falha proposital na arma imperial, junto à possibilidade de furtar os planos de tal arma, serão também consideradas oportunidades para a eclosão do conflito. Ainda, espera-se também sustentar a hipótese do filme como instrumento válido para auxiliar no ensino de teorias de guerra civil em Relações Internacionais.

Para o empreendimento de tal análise, o trabalho propõe a adaptação de uma metodologia histórica proposta pelo italiano Carlo Ginzburg. Conhecida como “paradigma indiciário”, a abordagem sustenta a apresentação de explicações complexas e abrangentes a partir da análise de indícios ínfimos (GINZBURG, 1989). Assim, tendo como base as considerações tecidas por Leandro e Passos (2021) sobre a adaptação de tal paradigma para aplicação à investigação de narrativas, este será aqui mobilizado para consecução dos objetivos apresentados de análise fílmica.

2. ESTÉTICA, CULTURA POP E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diferentes contestações sobre a base positivista das teorias tradicionais de Relações Internacionais emergiram nas décadas de 1980 e 1990, levando ao surgimento de diversas novas abordagens para a interpretação dos fenômenos da Política Internacional (BARROS, 2006). Em meio à consolidação de novas teorias, observaram-se esforços por parte de diversos pesquisadores da área para incorporar elementos estéticos à análise das relações entre Estados. Roland Bleiker (2001), grande estudioso do campo, afirmou que este movimento, conhecido como virada estética, se orienta pela ampliação da percepção da política mundial, ao mesmo tempo em que propõe a difícil tarefa de recuperar o valor político da estética.

Assim, frente aos objetivos do presente trabalho, é crucial a compreensão das principais contribuições a esta agenda de pesquisa, a fim de atestar sua relevância no campo das RI e, também, de situar o leitor sobre como a análise a ser aqui desenvolvida contribui com tal tradição. Antes disso, contudo, é fundamental destacar que o conceito de estética será aqui interpretado com base na discussão desenvolvida por Umberto Eco na obra “História da Beleza”. De forma sintética, a interpretação de Eco (2004) sobre a estética entende essa como a ciência que se dedica ao estudo do belo, não apenas na arte, como também na natureza. Tal interpretação abrangente nos permite inserir os estudos sobre cultura pop e cinema, a serem aqui desenvolvidos, como parte das abordagens estéticas em Relações Internacionais.

2.1. Virada estética

A efervescência de análises estéticas no estudo da Política Internacional, nas três últimas décadas, deu origem a um movimento teórico conhecido como virada estética. Este se estruturou como uma alternativa às abordagens tradicionais baseadas na racionalidade e na estratégia, ressaltando a importância de que fossem considerados aspectos como as emoções, os símbolos e as representações. Neste sentido, um dos mais importantes esforços que envolvem tal movimento é o debate entre as abordagens miméticas e estéticas, desenvolvido por Roland Bleiker na obra “Aesthetics and World Politics”, publicada em 2009.

Para Bleiker (2009), o cerne da diferença entre ambas as visões é a percepção de cada uma acerca das representações. Este afirma que a mimese, no que se refere às teorias e práticas das relações internacionais, ignora a existência de uma relação entre o representado e a sua representação, desconsiderando a distância que se forma entre esses. Assim, a abordagem mimética entende as representações como sendo um espelho dos eventos políticos, a exemplo

da teoria realista de RI, que estende explicações de eventos específicos para a compreensão da política internacional como um todo (BLEIKER, 2009).

Advogando em defesa da abordagem estética, Bleiker (2009) aponta que esta não apenas reconhece a lacuna que se forma entre uma representação e aquilo que é representado, mas também compreende que é nesse vão que se localiza a política. Este afirma que, para a estética, a representação do político é o reflexo dos valores que conformam uma determinada interpretação, a qual é naturalmente incompleta. Portanto, esta abordagem rompe com a neutralidade do sujeito, se opondo à visão mimética que entende a representação como uma cópia da realidade, desconsiderando a interferência humana. Defendendo que as abordagens miméticas não seriam, portanto, teorias de representação, o autor explica:

[...] a realidade política não existe à priori. Ela vem a existir somente através do processo de representação. [...] Colocar em primeiro plano a política da representação não é negar a existência de fatos ou afirmar que o mundo 'real' não existe realmente. É, antes, reconhecer que um evento político não pode determinar de que perspectiva e em que contexto ele é visto. (BLEIKER, 2009, p. 21, tradução minha).

Tendo isto posto, Bleiker (2009) aponta como sendo problemas do caráter mimético das teorias predominantes as dificuldades em reconhecer e lidar com a sua própria estética e a prevalência do positivismo nos estudos da área. Segundo ele, o excesso de empiria contribui para que se reduzam significativamente o escopo dos estudos em política internacional, bem como os mecanismos disponíveis para serem mobilizados. Por isso argumenta ser necessária “[...] uma mudança do senso comum harmonioso imposto por algumas faculdades dominantes para um modelo de pensamento que permite fluxos produtivos através de uma variedade de faculdades discordantes.” (BLEIKER, 2009, p. 28, tradução minha).

Esta proposta sintetiza o objetivo central da virada estética pois, ao apresentar perspectivas diversas e incluir diferentes tipos de elementos estéticos, permite a emergência de novas visões sobre o político, a partir de uma abordagem que se afasta da mimética típica das teorias dominantes. Em um artigo de 2001, no qual já se ocupava deste debate, Bleiker (2001, p. 529, tradução minha) legitima a abordagem estética argumentando que “os dilemas que atualmente assombram a política mundial [...] são graves demais para não se empregar todo o registro da inteligência humana para compreendê-los e lidar com eles”. Para o autor, o poder da estética reside justamente na impossibilidade de que a representação e o representado sejam iguais.

Em seus esforços de revisão sobre as contribuições desta nova agenda, a professora Aida Hozic (2016) entende que a interpretação da estética como política, presente nas contribuições de Bleiker e compartilhada por diversos outros autores, deriva de noções traçadas por Jacques Rancière. Composto algumas das principais contribuições do filósofo francês à discussão da estética, tais noções podem ser identificadas em sua obra “A partilha do sensível”, na qual mobiliza um processo de mesmo nome para explicar a relação existente entre política e estética. Sobre este, o filósofo explica:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades de que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Resgatando Platão e Aristóteles, Rancière (2005) apresenta que a partilha do sensível é responsável por delinear os limites que circunscrevem uma comunidade. Nesta, as possibilidades dos indivíduos de participarem ou não no espaço comum, e de serem ou não vistos nele, são definidas de acordo com sua ocupação, isto é, com a atividade que exercem. Neste raciocínio, o autor descreve que a política se dedica ao que é visto e ao que pode-se falar sobre o que se viu, bem como sobre quem pode ver e dizer. Portanto, entende que a estética se localiza na base da política, uma vez que trata-se de “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2005, p. 16).

Transpondo estas reflexões filosóficas ao campo das Relações Internacionais, é possível pensar como a partilha do sensível se apresenta na arena da interação entre atores internacionais, impondo limites à participação e visibilidade de uns e não de outros. Assim, torna-se evidente a influência desta perspectiva sobre a argumentação de Bleiker (2009), quando este se contrapõe à mimese tradicional das teorias tradicionais do campo, situando a política na lacuna que se forma entre a representação e o representado. Isto pois, segundo Silva e Kuhlmann (2021, p. 6), a abordagem defendida pelo autor “permite, então, contestar e propor a subversão das formas de representação dominantes, substituindo-as por outros regimes estéticos”. Sob essa visão, a representação é um ato de poder (BLEIKER, 2009).

Isto posto, entende-se que a abordagem estética descrita e defendida por Bleiker não tem como objetivo apenas apresentar uma nova proposição teórica para o campo da RI, tampouco servir como simples modelo para a explicação de eventos das relações entre Estados. Acerca deste aspecto é que Hozic (2016) classifica a virada estética como sendo um movimento epistemológico, uma vez que propõe romper com os limites estreitos das teorias tradicionais, mas pontua ser também inegável sua dimensão ontológica quando introduz a reflexão sobre a política e a forma de conhecê-la.

Assim, quando autores como Bleiker reclamaram a validade de elementos como a poesia e literatura para representar e interpretar o internacional, junto ao objetivo de repensar a política, consolidou-se uma nova via no estudo e ensino das Relações Internacionais. Baseada na mobilização de um instrumental mais amplo para conhecer e compreender a política internacional, esta se desenvolveu nas últimas décadas a fim de compreender o avanço significativo da importância de elementos culturais e estéticos nas RI, abordando seus diferentes aspectos. Entendendo a imagem como uma das mais importantes faces desta nova abordagem é que se passa às contribuições de William Callahan.

De modo semelhante à Bleiker, Callahan (2020) apontou o papel fundamental da virada estética ao defender a prática da representação como sendo o lugar da política. Diante disso, contribuiu para o referido debate a partir de análises que têm como enfoque o visual, estreitando a distância entre o movimento estético e o trabalho aqui desenvolvido. Debatendo sobre a relação entre o visual e o social, este ressalta a necessidade de que se compreenda a importância política e social adquirida pelas imagens, as quais afirma serem capazes de “provocar visualmente novas e diferentes dinâmicas sociais, políticas e econômicas.” (CALLAHAN, 2020, p. 19, tradução minha).

Esta visão conforma a sua “estratégia de visibilidade”, que entende o significado de uma imagem como fruto de seu contexto social e não meramente uma referência à realidade que retrata (CALLAHAN, 2020). Tal observação permite introduzir à discussão a importância de se considerar a origem de um determinado elemento estético ao analisá-lo ou mobilizá-lo como um instrumento. Isto pois, conforme pontua Callahan (2020), o caráter político de uma imagem mantém relação direta com quem a capturou, uma vez que esse foi o responsável por decidir o que seria inserido ou excluído do enquadramento, com base em sua criatividade, estilo artístico, orientação política, dentre outros aspectos.

Sobre este assunto, Hozic (2016) alerta que, ao concentrar as atenções nas representações, a abordagem estética pode desconsiderar o que se apresenta fora do quadro. Portanto, em se tratando de análises imagéticas e propostas como a estratégia de visibilidade de Callahan, a autora ressalta ser fundamental analisar não apenas o que pode ser visto e interpretado, mas também aquilo que se escolheu esconder. Todavia, julga-se aqui ser importante complementar com a possibilidade de que representações ou enquadramentos sejam feitos sem a intenção de causar o real efeito que a imagem venha a despertar.

Adiante, avançando na discussão sobre visualidade, Callahan (2020) tece considerações sobre questões metodológicas envolvendo o uso de elementos estéticos no campo das RI, e revisita os diferentes métodos adotados por autores em seus trabalhos. Dentro deste esforço, são relevantes suas pontuações em torno da capacidade dos elementos estéticos de despertar reflexões e sobre como tal possibilidade é mobilizada no estudo estético. Sobre o tema, pontua:

O modo estético crítico de investigação, portanto, está menos interessado em representar fatos e fazer interpretações do que ver como o gênero artístico pode provocar novas comunidades afetivas de sentido. [...] O modo estético crítico aqui não é sobre o que os símbolos significam, mas incorpora o que as experiências podem ‘fazer’ e, assim, passa da ideologia para o afeto. (CALLAHAN, 2020, p. 73-, tradução minha).

Discussão semelhante é identificada no trabalho do pós-estruturalista Michael Shapiro (2009), quando este analisa diferentes obras cinematográficas e tece conclusões sobre suas respectivas capacidades de articular o mundo. Acerca deste aspecto, afirma que “o cinema é uma estética exemplar cujas implicações derivam da forma como produz e mobiliza imagens” (SHAPIRO, 2009, p. 11, tradução minha), corroborando com o argumento de Callahan sobre as comunidades afetivas de sentido. Moore e Shepherd (2010, p. 299, tradução minha), compartilhando também desta perspectiva, argumentam que “aproximar o estudo de RI com uma sensibilidade estética, encoraja os estudiosos a prestar atenção analítica ao afeto ao invés da razão, ao julgamento ao invés do fato, à sensação ao invés do intelectualismo”.

De acordo com a estratégia de visibilidade, portanto, os recursos visuais devem ser analisados e compreendidos não somente pela ideologia que transmitem ou pelo significado que apresentam. Mais do que isso, devem ser também considerados em termos dos sentimentos e sensações que despertam (CALLAHAN, 2020). Tendo tal perspectiva como base é que o autor conclui que as imagens não servem à Política Internacional apenas na ilustração de eventos, mas são também capazes de moldar a nossa visão de mundo enquanto indivíduos. Estas

podem influenciar e até conformar novos eventos políticos internacionais, no que se entende como uma construção visual do social (CALLAHAN, 2020).

Somadas, as contribuições dos autores acima revisados delineiam as linhas centrais da relação entre estética e Relações Internacionais. Em suma, se apresenta uma nova abordagem que enxerga a política no vão que se forma entre a representação e o representado, e entende o papel ativo dos elementos estéticos para criar e influenciar eventos políticos. Tal perspectiva é basilar para as análises a serem desenvolvidas adiante. Contudo, entender produções cinematográficas apenas como elementos estéticos é limitá-las em sua capacidade e, assim, faz-se essencial especificar o debate, focalizando os produtos de cultura pop, nos quais se encaixam as produções da saga *Star Wars*.

2.2. Cultura pop e Relações Internacionais

Dentro dos esforços dos estudos estéticos em Relações Internacionais, um conjunto de pesquisadores aprofundou a referida abordagem adotando a cultura pop como enfoque. Sendo este também o objetivo aqui, como ponto de partida se discute a cultura pop a partir da influência de diferentes zonas culturais, com as quais estabelece ligação e conforma a si mesma. Para Martino e Marques (2022), a cultura pop está cercada pela cultura popular, pela mídia e pela chamada “alta cultura”, se tratando de um produto de uma indústria de comunicação, vendido em escala mundial. Portanto, carrega consigo metas de retornos financeiros, e é produzida a partir de um certo circuito industrial, sendo um de seus produtos frequentemente descartado quando há a iminência de que não produza os lucros esperados.

Assim, diferentemente da cultura popular, com a qual é muitas vezes confundida, a cultura pop não parte das características e tradições de uma determinada sociedade. Por outro lado, é entendida por Martino e Marques (2022, p. 30) como sendo “franquias produzidas por grandes corporações, em escala global, consumidas e reelaboradas por fãs”, capazes de dar origem a diversas novas versões do mesmo. Como exemplo, é possível destacar o caso da própria franquia *Star Wars*, que nasceu no cinema e expandiu seu universo com o lançamento de livros, histórias em quadrinhos, animações e séries de TV, além de servir de tema para centenas de milhares de mercadorias, que vão desde roupas e brinquedos até itens decorativos e utensílios domésticos.

Em face do exposto, a cultura pop será aqui entendida como uma forma de produção cultural que mantém relação direta com a lógica capitalista para geração de lucros. Assim, são

considerados relevantes para a proposta do presente trabalho as características derivadas de tal relação, sobretudo o grande alcance e a popularidade. Isto pois, pretendendo estabelecer uma ponte entre a academia e o entretenimento, em um esforço de divulgação científica, espera-se aproximar as contribuições da virada estética aos objetivos da análise aqui desenvolvida. Ainda, vale também destacar que, embora a maioria dos autores mobilizados abaixo não utilize o termo “cultura pop”, e sim “cultura popular”, a análise de suas contribuições permite o entendimento de que tratavam-se da vertente cultural aqui destacada.

Esta aproximação se torna evidente a partir das contribuições de Jutta Weldes no primeiro capítulo da obra “To Seek Out New Worlds: Science Fiction and World Politics”. Lançado apenas dois anos após a publicação do artigo de Bleiker de 2001, o livro se dedica a explorar a conexão entre ficções científicas e a política internacional. Todavia, antes de dar início à análise das narrativas ficcionais, Weldes (2003) mobiliza justificativas que servem como um panorama geral sobre sua perspectiva acerca da relação entre a cultura popular e a política mundial. Em aproximação às ideias centrais da virada estética, a autora argumenta que a cultura popular nos permite acessar a política de diferentes formas.

Seja em apoio ou oposição ao *status quo*, a cultura popular nos aproxima do político quando expressa, encena ou produz discursos com suas respectivas ideologias. Assim, ao produzir sentidos, esta acaba por contribuir para a construção de consensos (WELDES, 2003). Em “Harry Potter and International Relations”, Neumann e Nexon (2006) apresentam conclusões semelhantes ao justificarem a sua escolha pela franquia *Harry Potter*. Para eles, os elementos de cultura pop também justificam-se enquanto objeto de estudo de RI uma vez que possuem efeito profundo sobre a política, além de serem capazes de moldar a moral, produzir identidades, transformar identidades e construir ou alterar narrativas.

De forma semelhante ao que apresentou Roland Bleiker ao defender a abordagem estética, Neumann e Nexon (2006, p. 14, tradução minha) argumentam que “cultura popular é um domínio crucial no qual a vida social e política está representada.”. Apesar da semelhança com as proposições de Bleiker, tal contribuição especifica o debate ao referir-se somente à cultura popular, e não a todos os elementos estéticos. Esta diferenciação se faz fundamental quando se reconhece a existência de elementos culturais não-populares, cujo acesso é reservado às altas classes.

Adiante, também em conclusão semelhante à de Bleiker e Callahan, Neumann e Nexon (2006) incluem as representações de cultura popular na caracterização como espelhos ativos,

capazes de contribuir com a constituição do mundo político e social. Ainda, afirmam que as representações apresentadas por produtos culturais de entretenimento popular são, em geral, de segunda-ordem, visto que adicionam uma representação ficcional a uma narrativa que já é representativa da vida social e política. Estas são alvos de críticas por muitos estudiosos, entretanto, entende-se que significativo tempo e energia é direcionado ao entretenimento popular de modo que este possui papel central na criação da realidade social (NEUMANN; NEXON, 2006).

Neumann e Nexon (2006) então concluem que a cultura pop tem se tornado um importante intermediário no ensino e estudo dentro das Relações Internacionais, visto que estes facilitam a comunicação de ideias, conceitos e teorias. Dedicando-se também a esta relação, Grayson, Davies e Philpott (2009) alertam para que, ao se incorporar a cultura pop em RI, se transcenda a simples ilustração de um cenário da política internacional, ressaltando que:

É preciso investigar as possibilidades e os limites políticos da política produzida e/ou moldada pela cultura popular. [...] a cultura popular não deve ser meramente reduzida a uma superestrutura que reflete uma base política. Argumentamos que o crescimento contínuo e fenomenal da produção e circulação da cultura popular torna a política mundial o que ela é atualmente. (GRAYSON; DAVIES; PHILPOTT, 2009, p. 156-157, tradução minha).

A subjetividade, as emoções e afetos compõem as representações da cultura pop onde a política se encontra. Com base nestes argumentos é que Grayson Davies e Philpott (2009) defendem a formação de um contínuo entre a política internacional e cultura pop, no qual estes influenciam-se mutuamente em suas práticas e entendimentos e tornam-se, portanto, indissociáveis. Sobre isso, os autores afirmam ainda que “as relações constitutivas, produtivas e materiais que unem a política mundial e a cultura popular há muito são evidentes na própria cultura popular” (GRAYSON; DAVIES; PHILPOTT, 2009, p. 157, tradução minha), usando como exemplo as ficções sobre espões que mobilizam conflitos internacionais como pano de fundo da narrativa principal.

Weldes (2003) defende que essas relações são evidentes também se tratando de ficções científicas. Para ela, os produtos de ficção científica mobilizam elementos “novos”, que partem de condições existentes e caminham rumo ao desconhecido, como é o caso da franquia *Star Wars*, que apresentou naves espaciais e viagens interplanetárias ao cinema da década de 1970. Neste sentido, a autora entende que o gênero serve como um retrato da atualidade e, portanto, “permite-nos compreender a política internacional porque oferece representações claras e

diretas dos temas centrais a ela” (WELDES, 2003, p. 11, tradução minha). Assim, justifica a escolha de obras de ficção científica dentro da cultura popular no estudo de RI afirmando que estas, na realidade, tratam-se de temas da política mundial de seu tempo.

Por fim, para além de argumentos que tratam da relação entre cultura pop e RI, é necessário pontuar que estes produtos justificam-se enquanto objeto de estudo da área também pelo fato de serem populares. Segundo Neumann e Nexon (2006), o alcance e a popularidade destes produtos culturais são atributos que facilitam a sua mobilização no estudo, ensino ou prática das relações internacionais. Este é o caso não apenas da saga analisada pelos autores, mas também de *Rogue One*. Isto pois, como uma das produções de maior sucesso da franquia *Star Wars* nos últimos anos, o filme se apresenta como um produto cinematográfico de prestígio entre o grande público. Portanto, não apenas a sua capacidade de representar eventos políticos justifica a escolha para ser objeto deste trabalho, mas também a de despertar afetos e conquistar indivíduos enquanto um produto de cultura pop.

Nesse sentido, é possível mencionar como exemplo a mobilização de fãs ao redor do globo. Esta torna-se possível quando os produtos de cultura pop são pensados para essa abrangência de consumo e pode ser um dos aspectos através do qual a popularidade conforma o espaço político internacional. Ainda que tal discussão não seja o foco, é relevante mencionar a possibilidade de que os *fandoms*² atuem como uma comunidade política, na busca por alterações na partilha do sensível. Sobretudo na internet, entende-se que a popularidade de um determinado produto de cultura pop incita debates e conforma opiniões (MESQUITA, 2021). Assim, em se tratando de cultura popular e sua relação com a política internacional, é fundamental considerar que esta conexão não diz respeito apenas à forma como é produzida, mas também como é consumida pelos indivíduos.

Uma vez detalhadas as formas nas quais se apresenta tal relação, deve-se apresentar como estudá-las. Em sua obra, Neumann e Nexon (2006) caracterizam diferentes abordagens que podem ser mobilizadas por estudiosos para o uso de elementos culturais. A primeira delas é o tratamento da cultura popular e seus produtos enquanto causa e efeitos de eventos ou processos das relações internacionais. Já a segunda envolve a mobilização de tais produtos como ferramentas pedagógicas, e o terceiro como fontes de dados ou evidências acerca de normas e valores sociais. Por fim, a quarta abordagem entende esses elementos enquanto constitutivos de valores, identidades e ideias.

² “Comunidades de fãs articuladas através da internet” (MESQUITA, 2021, p. 26).

Adentrando detalhadamente a cada uma destas abordagens, Neumann e Nexon (2006) apresentam que aquela que mobiliza elementos de cultura pop como causa e efeito, considera aspectos mais relacionados ao consumo. Assim, a partir de tal abordagem se discute questões envolvendo a publicidade, regulação e retornos econômicos de determinado produto, por exemplo. Esta permite que seja debatido como tais elementos são capazes de influenciar processos ou eventos políticos à nível internacional, como discursos ou decisões políticas, mas também como tais obras ou produtos culturais são influenciados por eventos históricos, movimentos políticos, guerras, dentre outros (NEUMANN; NEXON, 2006).

A segunda abordagem é chamada por Neumann e Nexon (2006) de “cultura popular como espelho” e envolve a possibilidade de que a cultura popular auxilie na elucidação de diversos conceitos e processos da área. Esta, segundo eles, transcende a mobilização de tais artefatos enquanto instrumentos auxiliares, mas permite utilizá-los para exploração de conceitos ou teorias, ou ainda, como fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos conceitos ou teorias. Neumann e Nexon (2006) defendem ainda que, entendendo a cultura popular como espelho, torna-se possível um “deslocamento ontológico” ao nos permitir afastar-nos dos nossos pressupostos acerca de determinado tema ou fenômeno, a fim de que percebamos uma perspectiva diferente.

Em suma, advoga-se que a mobilização de elementos culturais populares é capaz de conduzir pressupostos teóricos ou pedagógicos a uma reflexão aprofundada. Na análise a ser empreendida para identificar qual das teorias que tratam sobre a emergência de guerras civis melhor explica os acontecimentos em *Rogue One*, a abordagem a ser mobilizada se aproxima destas contribuições de Neumann e Nexon sobre a cultura popular como espelho. Portanto, a referida análise tem como objetivo final atestar a obra específica enquanto um instrumento válido para a elucidar as contribuições teóricas sobre o conceito de guerra civil, bem como uma das visões acerca de como surgem tais conflitos.

Sobre esta abordagem, Neumann e Nexon (2006, p. 20, tradução minha) afirmam ainda que “por vezes, visualizar eventos históricos refletidos no espelho da cultura popular dá plausibilidade a uma interpretação particular desses eventos”. Ainda, sugerem que o mesmo se estende às analogias possíveis em narrativas ficcionais e acrescentam que, os efeitos podem se tornar ainda mais evidentes quando o produto analisado não reflete aquilo que se espera. Por fim, exemplificam a presença desta abordagem em seu próprio livro, nos capítulos em que Harry Potter é mobilizado para ilustrar e repensar determinados pressupostos realistas.

A terceira visão possível, apresentada pelos autores, é da cultura popular enquanto fonte de dados e evidências. Tais informações podem dizer respeito a aspectos como crenças particulares, identidades e ideias. Evidencia-se nesta abordagem um caráter interpretativo, que marca a abordagem hermenêutica, somado à aspectos etnográficos e de análises de conteúdo. Assim, esta pode servir como evidência não apenas de valores culturais, mas também de processos políticos que se desenvolvem. Neste caso, entende-se que os elementos analisados apresentam aspectos de crenças coletivas através de representações de segunda-ordem (NEUMANN; NEXON, 2006).

Por fim, Neumann e Nexon (2006) apresentam a cultura popular enquanto constitutiva, que não olha para a representação a fim de identificar normas, valores e identidades, mas sim como responsável por constituir estes valores, normas e identidades. Os estudos orientados por esta abordagem apresentam enfoque em questões religiosas ou mitológicas, uma vez que entende o mito como sendo central tanto à religião, como à cultura popular, sendo nesta vertente que se inserem os estudos sobre fãns enquanto comunidades políticas organizadas. De forma geral, a visão da cultura popular como constitutiva aborda as possibilidades de que práticas sejam inseridas em comunidades, a partir da influência exercida pelas representações de segunda-ordem (NEUMANN; NEXON, 2006).

Neumann e Nexon (2006) pontuam que a abordagem apresenta ainda quatro efeitos através dos quais se entende o papel constitutivo da política internacional. Os primeiros são os efeitos determinantes, em que o conhecimento adquirido por um elemento de cultura popular determina a medida a ser adotada, frente à inexistência de paralelos que sustentem a adequação do indivíduo a uma situação ou problema. Os segundo são os informativos, os quais são mobilizados em situações da política internacional o conhecimento difuso proporcionado pela cultura popular. Ademais, têm-se os efeitos habilitadores quando um determinado artefato cultural popular é mobilizado para conquistar apoio popular, semelhantemente ao que é feito com aspectos religiosos. Por fim, identificam os efeitos naturalizantes, quando a cultura popular é mobilizada para tornar socialmente natural uma determinada forma de ver a realidade social e política.

Frente a estas possíveis abordagens metodológicas, deve-se destacar a grande similaridade existente entre a segunda abordagem apresentada por Neumann e Nexon e as contribuições de Cynthia Weber acerca do uso de filmes e outros produtos de cultura popular no ensino das relações internacionais. Em seu livro intitulado “International Relations Theory”,

Weber (2005) faz uso de uma abordagem semelhante ao que Neumann e Nexon definiram como “a cultura popular como espelho”. Ao longo de sua obra, a autora mobiliza filmes na explicação de conceitos e processos das teorias de relações internacionais e, após desenvolvida sua análise, encerra o texto justificando a abordagem utilizada.

Segundo a visão de Weber (2005), a análise das teorias de Relações Internacionais, quando realizada mediante a mobilização de filmes, torna-se não apenas mais interessante, mas também permite-nos destacar os aspectos da história da teoria. Isto é, entende que assim como as narrativas apresentadas em filmes, as teorias representam visões específicas de mundo. Portanto, utilizar de filmes como ferramenta pedagógica facilitaria a percepção dessa visão, de seus links, lapsos e efeitos (WEBER, 2005). Outra razão apresentada por Weber é o fato de a narrativa dispor de localização espaço-temporal específica e determinada, o que torna-se familiar ao espectador e, em minha percepção, facilita a delimitação do objeto da análise. Sobre estes aspectos, a autora conclui:

Assim, selecionar filmes populares como um meio para revisitar a teoria de RI faz sentido em parte porque os filmes populares nos permitem acessar o que a teoria de RI diz, como ela traça sua história e como tudo isso junto nos dá uma visão particular de mundo. Com efeito, então, usar filmes populares para nos ajudar a pensar sobre a teoria de RI parece funcionar por causa de algumas semelhanças entre como os filmes contam histórias e como a teoria de RI conta histórias. (WEBER, 2005, p. 185, tradução minha).

Cynthia Weber (2005) então argumenta que torna-se possível mobilizar filmes populares no ensino das teorias de Relações Internacionais pois, muitas vezes observa-se enredos e teorias que circundam um mesmo “mito”. Portanto, assume que este emparelhamento significa dizer que as teorias de RI são tão verdadeiras e reais como visões de mundo quanto os filmes populares com os quais compartilham o mito. Assim, a autora arrisca ao afirmar que “talvez as teorias de RI sejam apenas um monte de histórias que, como filmes populares, misturam e mitificam fatos e ficção” (WEBER, 2005, p. 186, tradução minha). Nesta argumentação, apresenta cinco elementos para justificar tal emparelhamento:

Por que emparelhar a teoria de IR com filmes populares?

1. Os filmes trazem os pontos da história da teoria de RI em relevo
2. Os filmes nos oferecem mundos contidos, quase paralelos, nos quais podemos repensar criticamente a teoria de RI
3. Mitos de RI e filmes populares produzem e circulam mitos semelhantes. Portanto, devemos analisar o popular para entender os mitos de RI e a política internacional
4. Combinar filmes populares com teoria de RI séria expõe a teoria de RI como uma mistura mitologizada de fato e ficção

5. Filmes populares dramatizam a função mitológica da teoria de RI e como o que deve acontecer sem dizer que é adiado e deslocado (WEBER, 2005, p. 187, tradução minha).

Somadas aos demais esforços revisados acima, as proposições de Weber sinalizam terreno fértil para o desenvolvimento da análise aqui pretendida. Embora os estudos estéticos em Relações Internacionais componham ainda uma vertente em expansão, a virada estética representa um movimento significativo no campo, ao qual se busca contribuir. Assim, tendo como base a segunda abordagem apresentada por Neumann e Nexon e as proposições de Cynthia Weber sobre a análise de filmes, se propõe a adaptação de um paradigma dos estudos históricos para complementar a agenda dos estudos estéticos em RI. Diante disso, volta-se à descrição da metodologia mencionada abaixo.

2.4. O paradigma indiciário

Uma vez entendida a capacidade de produtos de cultura pop de estabelecer uma ponte entre a audiência e as teorias em Relações Internacionais, é preciso que se pense como se pode construir tal ponte. Isto pois, embora disponham dessa capacidade, as produções artísticas não têm como objetivo servirem exatamente à elucidação de modelos teóricos e, portanto, faz-se necessária o emprego de uma metodologia para a realização da análise aqui proposta. Diante da inexistência de proposições metodológicas consolidadas para agenda de pesquisa no campo da estética e das relações internacionais é que se propõe uma adaptação do paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano, Carlo Ginzburg.

Em síntese, a ideia do paradigma apresentado pelo autor tem como aspecto central os indícios ou sinais, reclamando a “capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). De modo semelhante às estratégias primitivas de caça, que analisavam pegadas, rastros e sons para identificar a presa, Ginzburg (1989) sustenta a necessidade de se olhar para o que é pouco vistoso, para detalhes imperceptíveis ou que pareçam insignificantes. Isto pois entende que a análise do conjunto destes indícios evidencia aspectos relevantes acerca do objeto que se estuda.

Pensada para o estudo das ciências humanas, sobretudo da História, esta abordagem pretendeu ser aplicada à análise da vida cotidiana e práticas culturais de sociedades no passado. Com base nisso, foi mobilizada por Leandro e Passos (2021) como uma metodologia para servir à análise de narrativas. A partir de uma revisão da vasta bibliografia publicada pelo italiano, os

autores utilizam-se de indícios da própria obra de Ginzburg para adaptar o seu uso às narrativas. Assim, mapeiam os elementos constitutivos do paradigma, caracterizando-os de acordo com a utilidade para a identificação de indícios narrativos.

O primeiro desses elementos é a fírasa, que compreende o movimento daquilo que se conhece em direção ao desconhecido. De acordo com Leandro e Passos (2021), este movimento se faz presente ao se entrar em contato com narrativas, uma vez que se faz necessário abandonar concepções prévias e entregar-se à busca pela chave da interpretação através dos indícios. Para Ginzburg, conforme pontuam os autores, o contato com o desconhecido conduz à procura por novos documentos para permitir uma visão a partir de diferentes olhares, uma vez não sendo possível o acesso direto aos indivíduos que se estuda.

Adiante, os autores destacam como elementos imponderáveis do paradigma indiciário o acaso, as sensações, o faro, o golpe de vista e a intuição. Tais aspectos são destacados como relevantes ao pesquisador que mobiliza o método, sendo importante o uso da interpretação quando frente a esses, assim como o faro apurado na identificação de chaves interpretativas, o modo com o qual se olha os indícios e o uso da intuição. Já os elementos estruturais compreendem o modo como se fala na narrativa, as palavras utilizadas, as pausas e digressões e a cronologia, por exemplo (LEANDRO; PASSOS, 2021).

Além disso, é ressaltada a relevância do ponto de vista e da perspectiva, sobretudo em se tratando de indícios narrativos. Acerca disso, Leandro e Passos (2021) afirmam ser importante que inicialmente se separe a narrativa e a análise inicialmente, embora essas possam andar lado a lado. Assim, torna-se possível que, em um segundo momento, se desenvolva uma análise em que o ponto de vista daquele que pesquisa torna-se mais evidente, permeado por perspectivas distintas, que considerem a cronologia, o espaço, a cultura e outros elementos (LEANDRO; PASSOS, 2021).

Já no que diz respeito ao distanciamento ideal para a análise, ressalta-se que o italiano entendia que a distância excessiva conduz à indiferença e desumanização, ao passo em que a proximidade demasiada poderia apresentar tanto o caminho da compaixão como o da rivalidade. Deste modo, este destacava ser imprescindível a definição distância crítica, que permita o estranhamento e, assim, facilitasse a identificação de indícios (LEANDRO; PASSOS, 2021). Encerrando, os autores mencionam os isomorfismos e os elementos imagéticos. Os primeiros são aqueles responsáveis por estabelecer conexões do objeto analisado com um contexto mais amplo que o cerca e com o qual possui semelhanças. Já sobre as imagens,

destaca-se sua capacidade de contar histórias que vão além da narrativa verbal, por meio de expressões, gestos ou posturas. Assim, permitem-nos acessar maiores indícios acerca do objeto (LEANDRO; PASSOS, 2021).

Embora tenham sido analisados com foco em uma análise no campo da educação, entende-se que todos esses elementos destacados por Leandro e Passos (2021) na proposta paradigmática de Ginzburg podem ser aplicados à análise de produções artísticas quando entende que essas são narrativas – ficcionais ou não. No caso de *Rogue One*, embora ficcional, o longa apresenta uma narrativa que se insere no contexto mais amplo da saga *Star Wars*. Diante disso, julga-se relevante o uso do paradigma indiciário como método uma vez que o cinema não busca a aplicação de proposições teóricas, mas sim o entretenimento. Portanto, a análise dos indícios e/ou sinais é fundamental à comprovação da hipótese inicialmente apresentada. Adiante, se dá continuidade pela apresentação das teorias que servirão como base para o empreendimento analítico.

3. A EMERGÊNCIA DAS GUERRAS CIVIS

Na segunda metade do século XX, o Sistema Internacional assistiu às guerras entre Estados serem substituídas, em termos quantitativos, pelos conflitos intraestatais como a principal forma de violência organizada do mundo contemporâneo (NEWMAN; DEROUEN, 2014). Sobre o aumento da frequência de tais contendas, Sambanis (2004a) afirma que, entre 1946 e 2004, cerca de 140 guerras civis eclodiram ao redor do globo, levando à morte mais de 20 milhões de pessoas. Contudo, tais conflitos não dispõem apenas de maior capacidade destrutiva e mortal, mas exercem também significativo impacto sobre a forma como os Estados se organizam política, social e economicamente, podendo representar ou introduzir forças para grandes transformações na sociedade (NEWMAN, 2014).

Diante de tais mudanças, tornou-se cada vez mais necessário que os estudos estratégicos e de segurança internacional se voltassem à compreensão do fenômeno das guerras civis, a fim de suprir uma lacuna teórica e possibilitar a análise dos diversos casos em emergência à época. Acerca disso, Cederman e Vogt (2017) apontam que as principais e mais relevantes contribuições sobre o tema somente surgiram no início dos anos 2000. Estas buscaram respostas a diferentes perguntas sobre esta nova categoria de conflitos. O que são, quais as diferenças em relação a outras formas de produção de violência, como emergem e por que são algumas das principais preocupações desta nova agenda.

Freire (2011) entende que são três as principais razões para o fortalecimento de tais estudos neste período em especial. A primeira delas é a evidência trazida pela Guerra Fria aos conflitos de natureza étnica e religiosa, que atraiu o foco para os conflitos internos e suas graves consequências humanitárias. Já a segunda das razões se associa à migração da atenção dos estudiosos de conflitos entre Estados para as guerras que se formam dentro destes, uma vez observada a diminuição na ocorrência do primeiro tipo. Por fim, o autor menciona o significativo aumento nos financiamentos fornecidos por instituições internacionais para pesquisas sobre o tema e seus impactos sobre o desenvolvimento.

Tendo isto posto, a análise aqui proposta se interessa principalmente pelos esforços voltados à delimitação do conceito e à apresentação de possíveis razões para a eclosão dos conflitos civis. Portanto, este segundo capítulo do trabalho se propõe a explorar os aspectos centrais das principais proposições teóricas, primeiro voltando-se àquelas que apresentam uma definição do termo, bem como suas especificidades e, depois, explorando as teorias que se ocupam das razões explicativas para a emergência de tais guerras. A partir de tal investigação,

espera-se estabelecer os parâmetros e indicadores que servirão como base para a análise da obra *Rogue One* adiante, a fim de comprovar a hipótese apresentada inicialmente.

3.1. O que são guerras civis?

Para dar início à discussão em torno da definição, um relevante esforço a ser considerado é aquele desenvolvido por Nicholas Sambanis em seu artigo “What is Civil War?: conceptual and empirical complexities of an operational definition”, de 2004. Sendo esta uma das principais contribuições ao tema, objetivo ao qual o autor se propõe neste texto é a apresentação de novos critérios sobre guerras civis para alçar uma definição operacional. Em contraposição à abordagem do *Correlates of War* (CoW)³, apresenta as diferenças entre as propostas já existentes sobre tal aspecto e seu impacto sobre as conclusões teóricas.

Ao propor-se a este fim, o autor esbarra em três questões que, em sua percepção, levam à discordância entre as diversas abordagens sobre tais conflitos. São essas: “Que limiar de violência distingue a guerra civil de outras formas de conflito armado interno? Como sabemos quando uma guerra civil começa e termina? Como podemos distinguir entre guerras intraestatais, interestaduais e extraestatais?” (SAMBANIS, 2004b, p. 815, tradução minha). Essenciais à proposição de uma definição para as guerras civis, tais questionamentos servirão de norte ao debate a ser desenvolvido adiante pelo autor, o qual parte de uma revisão bibliográfica das propostas de definição mais relevantes à época.

Tendo apontado problemas existentes nos diversos tipos de codificações propostos até o momento, Sambanis (2004b) passa à apresentação dos critérios que considera necessários à classificação de um conflito como guerra civil. No lugar de uma definição sintética, o autor elenca os aspectos em uma lista, formato este que favorece a discussão aqui pretendida sobre os diferentes parâmetros que classificam uma guerra civil como tal. Ainda, este formato será também utilizado para discutir separadamente as contribuições revisadas no artigo de Sambanis e suas respectivas limitações.

Assim, o autor afirma se tratar de uma guerra civil quando:

- (a) A guerra ocorre dentro do território de um estado que é membro do sistema internacional com uma população de 500.000 ou mais.
- (b) Os partidos são política e militarmente organizados e têm objetivos políticos declarados publicamente.

³ O *Correlates of War* (CoW) é um projeto que tem como objetivo empreender esforços na coleta, disseminação e documentação de dados quantitativos sobre conflitos armados (COW, 2023).

(c) O governo (através de seus militares ou milícias) deve ser um combatente principal. Se não houver governo em funcionamento, então o partido que representa o governo internacionalmente e/ou reivindica o estado internamente deve estar envolvido como combatente.

(d) A(s) principal(is) organização(ões) insurgente(s) deve(m) ser representada(s) localmente e deve(m) recrutar localmente. Envolvimento externo adicional e recrutamento não precisam implicar que a guerra não seja intra-estatal. Grupos insurgentes podem operar a partir de países vizinhos, mas também devem ter algum controle territorial (bases) no país em guerra civil e/ou os rebeldes devem residir no país da guerra civil.

(e) O ano de início da guerra é o primeiro ano em que o conflito causa pelo menos 500 a 1.000 mortes. Se o conflito não causou 500 mortes ou mais no primeiro ano, a guerra é codificada como tendo começado naquele ano apenas se as mortes cumulativas nos próximos 3 anos atingirem 1.000.

(f) Ao longo de sua duração, o conflito deve ser caracterizado por violência contínua, pelo menos no nível menor ou intermediário. Não deve haver um período de 3 anos durante o qual o conflito cause menos de 500 mortes.

(g) Ao longo da guerra, a parte mais fraca deve ser capaz de montar uma resistência efetiva. A resistência efetiva é medida por pelo menos 100 mortes infligidas à parte mais forte. Um número substancial dessas mortes deve ocorrer no primeiro ano da guerra. Mas se a violência se tornar efetivamente unilateral, mesmo que o limite de resistência efetiva agregada de 100 mortes já tenha sido alcançado, a guerra civil deve ser codificada como tendo terminado, e um politicídio ou outra forma de violência unilateral deve ser codificado como tendo começado.

(h) Um tratado de paz que produza pelo menos 6 meses de paz marca o fim da guerra.

(i) Uma vitória militar decisiva dos rebeldes que produza um novo regime deve marcar o fim da guerra. Porque a guerra civil é entendida como um conflito armado contra o governo, a continuação do conflito armado contra um novo governo implica uma nova guerra civil. Se o governo vencer a guerra, um período de paz superior a 6 meses deve persistir antes de codificarmos uma nova guerra (consulte também o critério “k”).

(j) Um cessar-fogo, trégua ou simplesmente o fim dos combates também podem marcar o fim de uma guerra civil se resultarem em pelo menos 2 anos de paz. O período de paz deve ser maior do que o necessário no caso de um acordo de paz, porque não temos sinais claros da intenção das partes de negociar um acordo no caso de trégua/cessar-fogo.

(k) Se novas partes entrarem na guerra por causa de novas questões, um novo início de guerra deve ser codificado, sujeito aos mesmos critérios operacionais. Se as mesmas partes retornarem à guerra pelas mesmas questões, geralmente codificamos a continuação da velha guerra, a menos que qualquer um dos critérios acima para codificar o fim de uma guerra se aplique ao período anterior ao ressurgimento dos combates. (SAMBANIS, 2004b, p. 829-831, tradução minha).

Enquanto uma definição operacional, esta se propõe a tentar solucionar as lacunas e a ausência de consenso deixadas pelas contribuições predecessoras, abordando individualmente cada um dos aspectos que são fundamentais de serem analisados para classificação de uma guerra civil. Embora muitas dessas contribuições não sejam totalmente inéditas, a especificação de tais critérios é vital para que possam responder às três questões por ele elencadas. Tendo isto em mente é que volta-se à análise dos critérios propostos.

Nos tópicos de (a) a (d), ao determinar a necessidade de que a guerra ocorra dentro de um território determinado, com participação governamental, partes organizadas e com objetos declarados, além de atuação local, é evidente o objetivo de diferenciar os conflitos civis de

outras formas de produção de violência. Sejam elas guerras extrassistêmicas, rebeliões ou ataques terroristas, ainda que o autor não especifique quais são todas essas outras formas de conflito às quais busca diferenciar, a simples determinação de exigências para a categorização das guerras civis é suficiente para a codificação.

Ainda, estabelece um limite mínimo para a grandeza populacional da nação, tendo em vista que mobilizar um mesmo critério absoluto para contabilizar vítimas fatais em países muito pequenos e muito grandes levaria a percentuais proporcionais muito discrepantes. Assim sendo, o autor afirma em uma nota de rodapé que, no caso da ocorrência de um conflito em um país cuja população seja inferior ao valor definido, que este seja compreendido como um caso marginal (SAMBANIS, 2004b).

Nos pontos (e), (f) e (g), se volta às questões quantitativas que definem o início ou o fim de um conflito civil em determinado período de tempo. Ao estabelecer um intervalo entre 500 e 1.000 mortes de combatentes em um único ano para demarcar o início do conflito, busca suprir as limitações da proposta utilizada pelo CoW de considerar apenas o montante absoluto de 1.000 mortes. Assim, Sambanis admite conflitos de escala menor que possuam outras características de uma guerra civil sejam incluídos na definição.

A definição também foge aos problemas provocados por um critério cumulativo, o qual não permite analisar a escalada da violência ao considerar que um pequeno quantitativo de mortes já configura o início do conflito (SAMBANIS. 2004b). Merece também destaque o estabelecimento de parâmetros numéricos para classificar a formação de uma resistência efetiva do lado mais fraco contra o mais forte, evitando que se confundam os conflitos civis com a produção de violência unilateral pelo governo de um Estado contra a população.

Somados aos tópicos (h), (i), (j) e (k), tais especificações facilitam que seja determinado também o final do conflito, o qual Sambanis (2004b) apontou se tratar de uma lacuna não preenchida pelas codificações utilizadas pelo CoW. Assim, em sua proposta de definição operacional, considera a necessidade de que o conflito seja dado como encerrado quando as mortes causadas estejam abaixo de um limite e/ou quanto a violência produzida se tornar unilateral, um tratado de paz efetivo for assinado, os combates forem encerrados ou o lado rebelde dê início a um novo regime. Assim, evita que um intervalo substancial (três anos) entre dois conflitos seja considerado como uma pausa em uma mesma guerra, categorizando-o, portanto, como dois conflitos em separado.

Tendo isto posto é que se volta às contribuições apresentadas no primeiro capítulo da obra “The Logic of Violence in Civil War” do cientista político, Stathis Kalyvas. Lançada em 2006, esta obra oferece contribuições que sucedem outros esforços relevantes do passado, incluindo os apresentados acima. Diante disso, Kalyvas (2006) introduz o capítulo tratando sobre o aumento dos estudos sobre guerras civis terem se dado apenas nas últimas décadas que precederam a publicação de seu trabalho. E que, diante disso, por muito tempo tais conflitos foram comumente entendidos como parte de revoluções, rebeliões ou conflitos étnicos, e não como uma categoria analítica em separado.

Assim, na busca por contribuir com esta agenda nascente, o autor aponta que: “Guerra civil é definida aqui como combate armado dentro dos limites de uma entidade soberana reconhecida entre partes sujeitas a uma autoridade comum no início das hostilidades” (KALYVAS, 2006, p. 17, tradução minha). Ainda que não se trate de uma definição operacional e vise objetivos distintos, esta conceituação apresenta bases semelhantes a dos critérios de Sambanis. Isto pois, Kalyvas (2006, p. 17, tradução minha) afirma que a sua definição tem como proposta justamente ser uma “versão mais ampla e minimalista das definições existentes”, citando o trabalho de Sambanis (2004b).

Desmembrando a definição proposta, pode-se entender quatro critérios como necessários à caracterização de um conflito como guerra civil: (i) a realização de um combate armado, (ii) a localização interna a uma entidade soberana, (iii) o reconhecimento de tal soberania pelas partes envolvidas no combate e (iv) a sujeição das partes a uma autoridade comum quando tal combate teve início. Para Kalyvas (2006), a questão central concentra-se exatamente no fato de que a entidade soberana comum se divide com a eclosão de um combate que conforma campos armados rivais.

Assim, ao promover uma divisão territorial, entende-se que o início de uma guerra civil pressupõe a ruptura do monopólio da violência, do qual dispunha a autoridade comum no início das hostilidades. Isto pois, a contestação presente na emergência de um grupo rebelde armado promove o que Tilly (1978), citado por Kalyvas (2006), entende como sendo uma soberania dual (ou dividida). Nesse sentido, o autor julga ser importante a compreensão do conceito de violência em sua dimensão física e, também de forma sintética, afirma que: “em um nível muito básico, a violência é a imposição deliberada de danos às pessoas” (KALYVAS, 2006, p. 19, tradução minha).

O autor especifica ainda mais a sua abordagem e concentra-se na violência que é produzida contra indivíduos não-combatentes (ou civis), que consistem naqueles que não participam de um grupo armado em tempo integral. Podendo a violência contra esses indivíduos se apresentar de diferentes maneiras, trata-se em especial daquela que é a “violência absoluta”, isto é, o homicídio. Tendo isto posto, coloca esta categoria analítica em destaque para atingir a diferenciação entre a guerra civil e a violência que é produzida neste conflito, que trata-se da principal premissa de sua obra (KALYVAS, 2006)

Para Kalyvas (2006) violência em uma guerra civil é produzida como um processo dinâmico, não como um resultado e, portanto, é impessoal. Tal conclusão a que chega o autor possibilita: “uma investigação da sequência de decisões e eventos que se cruzam para produzir violência, bem como o estudo de atores invisíveis que participam desse processo e o moldam de maneiras fundamentais” (KALYVAS, 2006, p. 22, tradução minha). Isso significa dizer que as guerras internas não possuem como objetivo máximo a produção deliberada de violência, mas que essa é um meio, fruto de uma decisão consciente, tomada na tentativa de alcançar um determinado objetivo maior. E que, portanto, compreender uma guerra civil exige passar pelos motivos que levaram a essa decisão.

Ainda, Kalyvas (2006) entende que a violência em guerras civis é, sobretudo, instrumental. Sendo produzida por grupos organizados com objetivos definidos, essa é fruto da estratégia de seus líderes. Já no que diz respeito à mobilização desta, observa-se a natureza predominantemente coercitiva, isto é, é utilizada como meio para controle de indivíduos. Tal uso pressupõe que sejam diferenciadas as vítimas da violência e os alvos desta, ainda que ambas as categorias possam caber à mesma pessoa. Em suma, beneficia-se da capacidade que a violência possui de provocar medo para moldar o comportamento de determinados alvos a fim de gerar submissão, seja punindo uma ação passada ou evitando uma determinada ação futura (KALYVAS, 2006).

Tendo isto posto, Kalyvas (2006) assume que a intersecção da forma como a violência é produzida e com quais objetivos determina quatro tipos ideais de violência política em massa. Para isso, considera que a violência pode ser uni ou bilateralmente produzida, e que os objetivos que se visa são governar ou não a população. Assim, quando não existe a intenção de governar ao fim do conflito e a violência é produzida de forma unilateral, trata-se de um genocídio ou uma deportação em massa, sendo um extermínio recíproco quando o objetivo permanece e a violência é bilateral. Já quando existe o objetivo de governar por pelo menos um dos lados, a

produção unilateral de violência corresponde a um terror estatal, enquanto a produção bilateral equivale a uma guerra civil (KALYVAS, 2006).

Neste sentido, conclui que a violência em guerras civis: “é produzida por pelo menos dois atores políticos que gozam de monopólios de violência parciais e/ou sobrepostos” (KALYVAS, 2006, p. 31, tradução minha), e que possuem o governo da população como objetivo. Sendo os civis vítimas da violência, a produção bilateral desta confere a eles a escolha entre conceder apoio e recursos a um dos lados que vise o governo da população ao final do conflito, e não o seu extermínio ou deportação. Sobre isso, o autor aponta que:

Essa característica faz da violência um processo com óbvias implicações estratégicas. Primeiro, os atores políticos precisam antecipar a estratégia de seus oponentes e os prováveis efeitos de sua violência sobre os civis. Em segundo lugar, a violência não é meramente o terror de estado multiplicado por dois; enquanto a violência sob disposição unilateral é mais ou menos uma expressão direta das intenções do ator que a inicia, nas guerras civis ela reflete a interação estratégica de pelo menos dois atores que estão simultaneamente presentes no mesmo território. (KALYVAS, 2006, p. 31, tradução minha).

Tendo isto posto, uma vez que a proposta do presente trabalho não é colocar em discussão profunda os limites e possibilidades de cada referencial teórico, mas sim compreender os aspectos centrais que marcam uma guerra civil, entende-se como sendo satisfatórios os critérios estabelecidos pelos autores acima revisados. Assim, torna-se possível avançar ao debate existente em torno dos motivos que levam à emergência das guerras civis, o qual compõe o eixo central da análise a ser desenvolvida adiante.

3.2. Por que os indivíduos combatem?

Levando em consideração as difíceis condições que se apresentam em um período de guerra, torna-se inevitável o questionamento de quais são os motivos que levam os indivíduos a combaterem, sobretudo se tratando de guerras civis. Desde a Antiguidade até os dias atuais, diversos estudiosos ocuparam-se desta questão, oferecendo respostas que consideram as mais diversas motivações para levar os indivíduos ao combate em um conflito armado interno. Assim, entende-se ser fundamental o mapeamento das principais contribuições observadas ao longo da história, bem como de suas diferenças e semelhanças. Frente ao excelente trabalho de revisão oferecido por Freire (2011) no primeiro capítulo de sua dissertação, suas ponderações sobre a visão dos teóricos clássicos serão aqui retomadas.

Segundo Freire (2011), as primeiras tentativas de resposta a essa questão encontram-se nas contribuições de Tucídides acerca da guerra ocorrida na ilha de Córçira, na Grécia Antiga. Mobilizando a ideia de *statis* para referir-se ao tipo de conflito que analisava, o historiador entendia ser aquele um dos mais terríveis males que poderia atingir a pólis. O autor aponta que, no caso em Córçira, dois grupos entraram em guerra após ter sido empreendido um golpe contra um líder favorável a Atenas e, para Tucídides, as hostilidades irrompidas a partir dali teriam sido motivadas pelo amor pelo poder, manifestado através da ganância e da ambição pessoal por honra. Assim, este entendia que teriam sido as paixões humanas e os interesses privados os responsáveis por levarem os indivíduos a combaterem (FREIRE, 2011).

Freire (2011) aponta que outro estudioso que ocupou-se deste questionamento foi Platão, o qual também mobilizou o conceito de *statis* como sendo um mal do corpo político. Todavia, o filósofo teceu maiores considerações sobre a especificidade destas guerras, diferenciando-as de outras formas de conflito e de formas “saudáveis” de funcionamento da pólis. Diante disso, chegou a conclusões distintas das apresentadas acima, atribuindo à contradições internas a pólis a causa de seu adoecimento, sendo a principal delas a existência de desigualdades materiais entre os indivíduos. Aristóteles, por sua vez, enxergava que o problema teria suas raízes na busca pelos ganhos e pela honra, ou na fuga da desonra e das perdas, além da relação com a injustiça, avareza, desprezo, medo e outros (FREIRE, 2011).

Muitos séculos depois, com o advento da modernidade, Freire (2011) apresenta outros estudiosos que ofereceram contribuições relevantes ao debate, sendo um deles o teórico e filósofo, Thomas Hobbes. Em sua teorização acerca do estado de natureza e do governo soberano, fortemente influenciada pelo contexto da Guerra Civil Inglesa, Freire aponta ser possível identificar a conexão da violência civil ao colapso da autoridade estatal. Em face oposta ao que apresentou os gregos, coloca que a desintegração da autoridade está na causa da violência, e não nas suas consequências. Para além dessas, ponderações tecidas por Marx e Engels no tratamento das revoluções também são retomadas por Freire (2011), além daquelas desenvolvidas pelo teórico alemão, Carl Schmitt, ambas as quais serviram de base para o desenvolvimento de teorizações mais elaboradas, a partir do século XX.

Conforme já pontuado, a mudança no padrão dos conflitos armados a partir da segunda metade do século passado contribuíram para a emergência de novos e mais complexos esforços para teorização das guerras civis. Evidentemente, tal movimento contribuiu para a emergência de novas respostas para o questionamento acerca dos motivos que levam os indivíduos ao

combate. Em seu esforço de revisão, Cederman e Vogt (2017) apresentam que, sobretudo a partir dos anos 2000, observou-se a predominância de três lógicas explicativas para tratar da emergência de guerras civis: as teses da frustração, da ganância e das oportunidades.

Tendo em vista que a revisão aqui empreendida visa uma análise filmica no capítulo seguinte, entende-se ser necessário que se aborde apenas as proposições teóricas que são mais relevantes ao campo, a fim de evitar que o teste da hipótese inicial seja perdido de vista. Diante disso, iniciar-se-á pela lógica que coloca como fator chave para emergência de guerras civis a frustração, chamada por Freire (2011) de “tese dos atores desprovidos”. Esta teorização tem como principal expoente o estadunidense Ted Gurr, com a obra “Why Men Rebel?”, publicada em 1970. Ao longo da obra, para responder à questão que nomeia seu livro, o autor busca afastar-se de explicações que colocam a violência como parte da natureza humana e defende que esta se manifesta em resposta a contextos sociais específicos.

Sem referir-se nomeadamente às guerras civis, Gurr (1970) busca compreender os motivos psicológicos e sociais que levam os indivíduos a utilizar da violência política, a qual o autor entende como sendo um fenômeno generalizado. Inicia pontuando que, ao serem observadas diferenças entre o que se tem e o que se acredita ter direito, cria-se uma tensão chamada por Gurr (1970) de privação relativa. A partir desta se conforma uma dinâmica de “frustração-agressão” na qual, ao receberem estímulos nocivos com os quais não são capazes de lidar ou fugir, os indivíduos frustram-se e tendem a usar da violência contra a fonte destes estímulos. Em suma, o autor assume ser a frustração derivada da privação relativa a razão que conduz os indivíduos à violência política coletiva.

Diante desta tese, Gurr (1970) apresenta três padrões distintos sob os quais pode se manifestar a privação, sendo eles o padrão decrescente, o aspiracional e o progressivo. O primeiro deles considera a manutenção das expectativas dos indivíduos paralelamente a uma queda substantiva na capacidade de alcançá-las. O padrão aspiracional, por sua vez, compreende uma elevação nas expectativas de valor pelos indivíduos, ao passo em que as capacidades relativas se mantêm. E, enfim, o progressivo concilia um aumento tanto nas expectativas como nas capacidades, contudo, o aumento do primeiro deles é comparativamente superior (GURR, 1970).

Em complemento ao seu argumento, o autor conclui que a privação relativa mantém estreita relação com as condições sociais e políticas de uma comunidade, sendo a violência “mais provável em sociedades que dependem da coerção para manter a ordem, em vez de

fornecer padrões adequados de ação que satisfaçam os valores [esperados]” (GURR, 1970, p. 317, tradução minha). Tal percepção muito se assemelha ao pensamento de Platão acima mencionado, que enxerga a origem da violência na desigualdade material entre os indivíduos. E, embora tenha apresentado avanços significativos às percepções que entendiam os conflitos internos como irracionais episódios de violência em massa, tal proposição foi alvo de críticas por muitos estudiosos, sobretudo por privilegiar aspectos psicológicos em detrimento de questões estruturais e processos políticos (CEDERMAN; VOGT, 2017)

Um importante crítico foi Charles Tilly (1978), que questionou a lógica explicativa baseada na frustração e na privação relativa para explicar o que chama de “situações revolucionárias”, afirmando que esta necessita de comprovação. O historiador defendeu que, ao contrário da dedicação aos aspectos investigados por Gurr, “o que se deveria observar seria o comprometimento de parte significativa da população, independentemente de seus motivos, a reivindicações alternativas exclusivas ao controle do governo atualmente exercido pelos membros da política” (TILLY, 1978, p. 201, tradução minha). Enfim, sintetizou sua crítica mencionando o exemplo da Grande Depressão de 1929, em que mesmo com grandes privações, a sociedade estadunidense não se rebelou.

Na década de 1990, outra abordagem tornou-se conhecida por seus aparatos teóricos para compreensão das guerras civis, nomeadamente. Segundo Cederman e Vogt (2017), tais esforços emergiram da iniciativa de Paul Collier, um economista do Banco Mundial que liderou um grupo de pesquisadores que tinham tais conflitos como foco. A nova lógica introduzida por Collier é detalhada em um artigo intitulado “*Greed and Grievance in Civil War*”, o qual publicou junto à professora Anke Hoeffler, no ano de 2004. Neste, os autores sintetizam uma proposta teórica que coloca foco à ganância/cobiça como principal fator explicativo para que os indivíduos combatam.

Partindo de uma abordagem econométrica, Collier e Hoeffler (2004) propõem um modelo que lhes permita a previsão da emergência de conflitos armados internos. Após empreender uma série de testes ao longo do artigo, os autores concluem sobre a relação de diferentes aspectos econômicos com a eclosão de movimentos rebeldes, em detrimento de explicações que colocam as queixas como principal fator. Estes expõem, por exemplo, que a exportação de *commodities* torna um país mais suscetível à ocorrência destes conflitos.

Assim, Collier e Hoeffler (2004) concentram-se em aspectos como o financiamento da rebelião para justificar um posicionamento de que o início de guerras civis é motivado pela

ganância dos indivíduos, frente às oportunidades de ganhos que se apresentam neste contexto. Neste sentido, os autores assumem a existência de três diferentes formas através das quais podem ser adquiridos tais financiamentos, tais como “extorsão de recursos naturais, doações de diásporas e subvenções de governos hostis” (COLLIER; HOEFFLER, 2004, p. 564, tradução minha). Assim, afirmam que haveria maior probabilidade de conflito nos países em que tais oportunidades se fizessem mais fáceis de serem exploradas, como um incentivo.

Tal interpretação é classificada por Freire (2011) como parte das teorias dos atores racionais, em razão do pensamento utilitarista e economicista que considera a racionalidade dos atores em decidirem combater na expectativa de obterem recompensas materiais, sendo justamente estes os aspectos nos quais se centram às críticas à tese da ganância. É evidente que, a utilização de uma abordagem econométrica acaba por reduzir a complexidade que envolve a emergência de guerras civis apenas a questões puramente materiais. Freire (2011) aponta ainda que, uma percepção baseada na ganância sustenta os estereótipos visuais propagados pela mídia acerca dos conflitos armados internos, ao passo em que também negligencia as percepções políticas que servem de motivação aos combatentes rebeldes.

Isto posto, é possível explorar a terceira e última das lógicas explicativas aqui abordadas. Caracterizada por Freire (2011) como um modelo estadocêntrico, a referida lógica explicativa diferencia-se das demais ao assumir que a causa para a emergência de guerras civis centra-se na estrutura do Estado, e não nas motivações individuais dos combatentes. Um dos principais estudos que contribuiu para esta abordagem, também conhecida como “tese das oportunidades”, é o artigo de James Fearon e David Laitin “Ethnicity, Insurgency, and Civil War”, publicado no ano de 2003. Antes deste, contudo, foram identificadas importantes ponderações sobre o tema na obra “States and Social Revolutions”, da pesquisadora estadunidense, Theda Skocpol, publicada pela primeira vez em 1979.

Dedicando-se à análise das revoluções francesa, chinesa e russa, Skocpol (2015) reflete inicialmente sobre a importância das revoluções sociais, apontando que estas têm como característica distintiva a capacidade de promover mudanças na estrutura política e social simultaneamente. Entendendo que o uso proposital da violência nas revoluções sociais são o meio para buscar tais mudanças, a autora afirma que:

Quando são bem-sucedidas, o que as revoluções mudam acima de tudo são as orientações básicas de valor de uma sociedade. E a tentativa intencional de fazer isso assume a forma de um movimento ideológico orientado por valores que está preparado

para usar a violência contra as autoridades existentes. (SKOCPOL, 2015, p. 12, tradução minha).

Nesta afirmação, Skocpol (2015) caracteriza um grupo rebelde que insurge contra um governo, contudo, acrescenta que este somente se conforma mediante a ocorrência de crises. Diante disso, defende uma perspectiva estrutural para análise das revoluções sociais, lançando olhar crítico sobre as contribuições existentes e julgando-as como inadequadas. Sua abordagem estrutural pressupõe, portanto, a consideração dos Estados como um conjunto de organizações que visa o controle de um território e seu povo, bem como de que as crises políticas estão nas raízes de todas as revoluções sociais (SKOCPOL, 2015).

O foco de sua proposta de análise estrutural está “nas organizações e suas relações tanto com ambientes internacionais quanto com classes domésticas e condições econômicas” (SKOCPOL, 2015, p. 291, tradução minha). Assim, desloca-se a atenção das causas centradas nas percepções dos indivíduos para a estrutura estatal, entendendo serem as crises nesta estrutura as responsáveis por conformar a oportunidade para organização do que chamou de “movimento ideologicamente orientado” em uma revolução social (SKOCPOL, 2015).

Fearon e Laitin (2003) desenvolvem argumentação semelhante, especificando outros aspectos que envolvem as oportunidades para rebelião dos indivíduos. Inicialmente, estes ocupam-se da argumentação contra três consensos aparentes acerca das guerras civis. A primeira delas seria a de que a mudança no perfil dos conflitos armados ao final do século XX devia-se ao cenário internacional conformado com o final da Guerra Fria. Em sua análise, os autores defendem que a predominância das guerras civis deve-se, na verdade, ao “acúmulo constante e gradual de conflitos civis que começaram imediatamente após a Segunda Guerra Mundial” (FEARON; LAITIN, 2003, p. 75, tradução minha).

O segundo aspecto contra o qual os autores se opõem é a interpretação de que a maior diversidade étnica, cultural e religiosa no território de um país estaria associada a uma maior probabilidade de emergência de guerras civis. Frequentemente reforçada pela mídia, líderes estatais e alguns grupos de estudiosos sobre o tema, que tal presunção é considerada equivocada por Fearon e Laitin (2003). E, além disso, questionam a possibilidade assumida por muitos autores de que seja possível a previsão da emergência de guerras civis em um determinado território com base na intensidade das queixas étnicas e/ou políticas dos nacionais desse Estado. Mediante a comparação de Estados com níveis próximos de renda per capita, identifica-se que tal proposição não verifica na realidade (FEARON; LAITIN, 2003)

Diante disso, Fearon e Laitin (2003) entendem que as razões explicativas para a emergência das guerras internas centram-se não nos indivíduos que compõem o movimento rebelde, mas sim nas fraquezas estatais. Introduzindo a sua explicação, afirmam que muitas guerras civis foram travadas como insurgências, as quais definem como “uma tecnologia de conflitos militares caracterizada por pequenos bandos levemente armados praticando guerra de guerrilha a partir de áreas de base rural” (FEARON; LAITIN, 2003, p. 79, tradução minha). Isto posto, destacam que um aspecto central das insurgências é a sua inferioridade de força em relação ao governo com o qual se opõe, ao menos no início das hostilidades, tornando necessário que estes sejam capazes de se esconderem para garantir a sobrevivência.

Neste sentido, Fearon e Laitin (2003) destacam a importância do conhecimento local, o qual permite que os insurgentes chantageiem a população em troca de seu silêncio, bem como o uso de uma base rural, reduzindo os riscos de uma denúncia anônima acerca da localização do grupo. Contudo, os autores apontam que o mais importante e vital aspecto a ser considerado é a capacidade policial e militar da qual o governo dispõe para realizar buscas em áreas rurais é vital. Isto pois, frente ao objetivo de esconder-se e garantir a sobrevivência da insurgência, quanto mais fracas as forças do Estado para sustentar essa busca, seja por subfinanciamento, problemas políticos e organizacionais, corrupção ou má informação, maiores as chances de sucesso do grupo rebelde (FEARON; LAITIN, 2003).

Diante disso, os autores apresentam como hipótese que as guerras civis tornam-se mais prováveis quando os insurgentes em potencial têm à sua disposição:

- (a) Um estado recentemente independente, que repentinamente perde o apoio coercitivo do antigo poder imperial e cujas capacidades militares são novas e não testadas (Fearon 1998).
- (b) Instabilidade política no centro, que pode indicar desorganização e fraqueza e, portanto, uma oportunidade para uma rebelião separatista ou centrada.
- (c) Um regime que mistura traços democráticos com autocráticos, pois isso provavelmente indica contestação política entre forças concorrentes e, conseqüentemente, incapacidade do Estado. (Em contraste, a autocracia pura tende a refletir a monopolização bem-sucedida do poder coercitivo e administrativo do estado por um indivíduo ou grupo.)
- (d) Uma grande população do país, o que torna necessário para o centro multiplicar as camadas de agentes para manter o controle sobre quem está fazendo o quê no nível local e, também, aumenta o número de potenciais recrutas para uma insurgência para um determinado nível de renda.
- (e) Uma base territorial separada do centro do estado por água ou distância - por exemplo, Paquistão Oriental (agora Bangladesh) do Paquistão Ocidental ou Angola de Portugal.
- (f) Governos estrangeiros ou diásporas dispostos a fornecer armas, dinheiro ou treinamento.

(g) Terra que apóia a produção de bens de alto valor e baixo peso, como coca, ópio, diamantes e outros contrabandos, que podem ser usados para financiar uma insurgência.

(h) Um estado cujas receitas derivam principalmente das exportações de petróleo. Os produtores de petróleo tendem a ter aparatos estatais mais fracos do que se esperaria, dado seu nível de renda, porque os governantes têm menos necessidade de um sistema burocrático socialmente intrusivo e elaborado para aumentar as receitas - uma "doença holandesa" política (Chaudhry 1989; Karl 1997; Wantchekon 2000). Ao mesmo tempo, as receitas do petróleo elevam o valor do "prêmio" do controle do poder do Estado.

Tendo exposto tais aspectos, os autores voltam-se à apresentação dos resultados derivados da análise de casos de conflitos civis, os quais são expostos separadamente, com base nas categorias elaboradas a partir de suas hipóteses. Promovendo um recorte apenas de algumas variáveis mais relevantes, acerca das democracias, apesar de observarem serem menores as queixas em Estados democráticos, as guerras não são menos frequentes nestes (FEARON; LAITIN, 2003). Já sobre novos Estados e instabilidade política, apontam que "as chances de início de uma guerra civil são estimadas em 5,25 vezes maiores nos primeiros dois anos de existência dependente de um estado do que em outros anos, um efeito enorme" (FEARON; LAITIN, 2003, p. 85, tradução minha).

Somados, tais aspectos contribuem para a tese de Fearon e Laitin (2003) de que as condições que tornam o ambiente mais favorável à emergência de uma guerra civil é a fraqueza estatal, garantida pela pobreza, grande população e instabilidade. Isto é, que "governos centrais financeiramente, organizacionalmente e politicamente fracos tornam a insurgência mais viável e atraente devido ao policiamento local fraco ou práticas de contrainsurgência ineptas e corruptas" (FEARON; LAITIN, 2003, p. 75, tradução minha). Tal lógica mobiliza a mesma base da abordagem estrutural apresentada por Theda Skocpol, apresentando aspectos que compõem tal fraqueza e descrevendo sua relação direta com a emergência de tais conflitos.

De acordo com Cederman e Vogt (2017), tal lógica explicativa sustentou-se como a principal teoria para a explicação da emergência de conflitos civis, tendo diversas pesquisas na área apontado que seus critérios verificaram-se na prática, com exceção às considerações acerca da relação entre paz e democracia. Contudo, tal lógica explicativa foi alvo de críticas ao renunciar completamente às explicações baseadas em queixas dos indivíduos (CEDERMAN; VOGT, 2017).

Enfim, diante do exposto, acredita-se que muitos dos aspectos apresentados pelos esforços de definição e também pelas lógicas explicativas para emergência de guerras civis encontram paralelos na narrativa do filme *Rogue One*. Assim sendo, na busca por melhor explorar tais

pontos em comum é que será empreendida uma análise da obra na seção seguinte, a partir dos conceitos e processos descritos pelos teóricos acima revisados.

4. ROGUE ONE: A GALÁXIA EM GUERRA CIVIL

O universo fictício sobre o qual se constrói a narrativa das produções da saga *Star Wars* retrata uma série de processos políticos e aspectos sociais que podem ser aproveitados ao debate da academia. Temas que vão desde a escravidão e o racismo até o comércio internacional e as crises da democracia são apresentados ao longo de suas dezenas de produções. No *spin-off* “Rogue One: uma história Star Wars”, portanto, não seria diferente. Inserido entre duas trilologias de filmes⁴, o filme retrata as primeiras ofensivas da Aliança Rebelde contra o Império Galáctico, apresentando fortes semelhanças com uma série de aspectos e processos descritos pelas teorias que discutem a temática de guerras civis.

Diante disso, este capítulo final dedica-se à análise da referida obra a partir das lógicas explicativas exploradas na seção anterior, na busca aproximar o universo cinematográfico que conquistara o grande público da academia, e vice-versa. Uma vez que esta seguirá os moldes estabelecidos pelo paradigma indiciário, serão seguidas as propostas de Ginzburg acerca da separação inicial da narrativa e da análise, conforme pontuam Leandro e Passos (2021). Tendo este propósito, o texto será dividido em duas seções. A primeira delas se dedicará à apresentação do filme em todos os aspectos, mobilizando informações importantes sobre as obras lançadas previamente para facilitar a compreensão do leitor que não se familiarizar com a narrativa.

4.1. Transformações políticas e a Guerra Civil Galáctica

O ponto de partida do presente trabalho é o universo da franquia de ficção científica *Star Wars*, criado na década de 1970 pelo cineasta George Lucas, fundador da *Lucasfilm*. Sucesso de vendas desde o seu surgimento, o referido universo é atualmente composto por dezenas de produções, entre filmes, livros, séries de televisão e jogos, as quais mantêm a popularidade da franquia em alta até os dias atuais. Dispondo de três trilologias cinematográficas principais e dois *spin-offs*, *Star Wars* apresenta uma narrativa de temática espacial que retrata os processos e transformações políticas de uma galáxia.

No ano de 2012, a produtora responsável pela franquia foi vendida à *Walt Disney Company* por US\$4,05 bilhões (CIEPLY, 2012), que se encarregou da produção da trilogia de filmes mais lucrativa da saga, arrecadando US\$4,47 bilhões (STATISTA, 2023). Dentre as produções mais recentes, destacou-se o *spin-off* “Rogue One: uma história Star Wars”, lançado

⁴ De acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos da narrativa, não pela ordem de lançamento das obras.

em 2016 e cuja arrecadação em bilheteria mundial ultrapassou 1 bilhão de dólares (STATISTA, 2023). A obra narra acontecimentos que se inserem entre os Episódios III e IV da saga, o que, considerando as datas de lançamento dos filmes da segunda trilogia (Episódios IV, V e VI), caracteriza *Rogue One* como uma prequência.

A fim de garantir a compreensão dos acontecimentos retratados em *Rogue One*, faz-se necessária uma apresentação breve dos eventos que precederam a história do filme, a partir de sua linha do tempo própria. O marco que define a contagem dos anos na saga é a Batalha de Yavin, travada no ano 0 e representada no primeiro filme lançado, o “Episódio IV: Uma Nova Esperança”. Assim, todos os filmes que retratam antecedentes dessa batalha se inserem no período Antes da Batalha de Yavin (ABY), enquanto aqueles que sucedem o referido enfrentamento inserem-se no período Depois da Batalha de Yavin (DBY).

Os Episódios I, II e III, lançados em 1999, 2002 e 2005, respectivamente, retratam o intervalo entre 32 e 19 ABY, acompanhando o período de crise da República Galáctica até a sua substituição pelo regime do Império Galáctico. Esta tratou-se de uma prequência que buscou explicar a trajetória do personagem Anakin Skywalker até a sua transformação no Lorde Sith, Darth Vader, que atuou como o vilão da trilogia dos Episódios IV, V e VI, lançados entre 1977 e 1983 (STAR Wars: A Ameaça Fantasma, 1999; STAR Wars: Ataque dos Clones, 2002; STAR Wars: A Vingança dos Sith, 2005). Diante do foco do presente trabalho, contudo, o breve resumo da narrativa abaixo tem como foco apenas os processos políticos que compõem a história, sem prestar grande foco aos acontecimentos envolvendo as personagens principais.

Tendo isto posto, entende-se que a República consistia em um regime político democrático, dotado de uma Constituição própria e cujo governo tinha como principal instituição o Senado Galáctico. Este tinha como líder o Supremo Chanceler, além de contar com representantes de cada um dos planetas componentes do sistema. Para mais, a República ainda dispunha da Ordem Jedi, uma organização com hierarquia própria, encarregada de manter a paz, composta por uma série de guardiões treinados – e em treinamento – que carregavam consigo um sabre de luz. Do lado oposto aos jedis, que atuavam no lado luminoso da Força⁵, estavam os sith. Estes eram rivais da Ordem Jedi que agiam sobre o lado sombrio da Força e tinham como principal objetivo governar a galáxia, tendo se mantido escondidos até o ano de 32 ABY (STAR Wars: A Ameaça Fantasma, 1999).

⁵ Uma energia que permeia todos os seres vivos, sendo a responsável por conferir poder aos jedis e sith.

Conforme mencionado, a narrativa principal acompanha o treinamento do aspirante a Cavaleiro Jedi, Anakin Skywalker, ao passo em que apresenta paralelamente o processo político de crise da República Galáctica, até a instauração do Império (STAR Wars: A Vingança dos Sith, 2005). Tal crise é instaurada e fomentada pela atuação de um Lorde Sith conhecido como Darth Sidious, o qual escondia sua identidade atuando como representante do planeta Naboo no Senado Galáctico, sob o seu nome de nascimento, Sheev Palpatine (STAR Wars: A Ameaça Fantasma, 1999).

Aproveitando-se de uma crise marcada pela invasão de Naboo em 32 ABY, a qual fora fomentada secretamente pelo próprio Palpatine, este alçou o cargo máximo do governo republicano, tornando-se Chanceler Supremo (STAR Wars: A Ameaça Fantasma, 1999). Uma vez ocupando tal posição e mantendo a atuação como Lorde Sith, Palpatine manipulou o jogo político da galáxia como parte de seu objetivo de governá-la e destruir os jedi, levando-a a travar uma guerra apenas para enfraquecê-la e garantir maiores poderes para si (STAR Wars: Ataque dos Clones, 2002).

Tendo observado as queixas do jovem Anakin Skywalker sobre as limitações da Ordem Jedi, bem como seu enorme potencial no uso da Força, Darth Sidious atraiu-o ao lado sombrio sob a promessa de que este o possibilitaria proteger aqueles que amava. Tornando-o seu novo aprendiz sith, concedeu a Anakin o nome Darth Vader. Utilizando-se do apoio de Vader, bem como dos poderes que dispunha enquanto Chanceler, Palpatine declarou traição por parte dos jedi e determinou o extermínio destes a partir da Ordem 66. Logo após, consolidou o fim da República mediante um golpe, com o qual estabeleceu a instauração do Império Galáctico, o qual se ocuparia de governar junto ao novo aprendiz (STAR Wars: A Vingança dos Sith, 2005).

Tais eventos são representados no final da trilogia mencionada, a qual teve o último filme lançado no ano de 2005. A partir deste, uma série de novas produções foram lançadas na busca por explorar intervalos de tempo entre os filmes de cada trilogia, bem como entre as próprias trilogias, sendo este o caso de Rogue One. A trama do *spin-off* tem início no ano 13 ABY, seis anos após a instauração do Império Galáctico, quando acompanha o cientista para desenvolvimento bélico, Galen Erso, ser levado por agentes imperiais para o desenvolvimento de uma nova arma para o governo. Na ocasião, a filha de Glen, Jyn Erso, ainda criança, se esconde após assistir ao pai sendo levado e à mãe sendo assassinada, sendo resgatada por Saw Gerrera, um amigo da família (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Após a cena inicial, o enredo apresenta um salto até o ano 0, ocupando-se de eventos que antecederam em poucos dias a Batalha de Yavin. Neste período, apresenta-se a Aliança Para Restauração da República, também chamada de Rebelião ou Aliança Rebelde, que consiste em um grupo formado para oferecer resistência contra o maléfico Império Galáctico de Palpatine. Em uma das cenas iniciais, o rebelde Cassian Andor aparece abordando um personagem que possui informações sobre um piloto imperial que teria desertado e revelado os planos do Império de construção de uma arma de destruição em massa. Após conseguir as informações, Andor atirou no homem para que conseguisse escapar dos *stormtroopers*⁶, matando-o (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Paralelamente, a protagonista Jyn Erso, já adulta, foi capturada pela Aliança Rebelde para servir de ponte até Saw Garrera, que a criou na ausência dos pais, mas era visto pelos rebeldes como um militante extremista que rompeu com a Rebelião. A busca por Garrera tinha como objetivo encontrar o piloto desertor, que descobriram ter sido enviado por Galen Erso para passar uma mensagem a este. Assim, partiram em uma missão na qual o rebelde Cassian Andor conduziu Jyn até Jedha, uma lua ocupada pelo governo imperial onde o chamado extremista se encontrava, referida pelos personagens como uma “zona de guerra”. Após envolverem-se em um breve enfrentamento contra a tropa imperial, Jyn e Andor foram levados até Saw por seus seguidores após a personagem ter revelado ser a filha de Galen Erso (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

No encontro com Saw, Jyn assistiu à mensagem gravada que fora enviada por seu pai à Saw através do piloto desertor. Nesta, Galen descreveu que, desde a sua captura, fora forçado a auxiliar no desenvolvimento da arma Estrela da Morte, a qual dispunha de capacidade para destruir um planeta inteiro. Ademais, revelou ter escondido uma vulnerabilidade no sistema do armamento, permitindo que este fosse destruído, contudo, para encontrá-la, revelou ser necessário que Saw tivesse acesso aos planos da Estrela da Morte. Todavia, enquanto as personagens assistiam à gravação, a arma fora testada pelo Império em Jedha, provocando a completa destruição do local e a morte de Saw Garrera, uma vez que apenas o pequeno grupo de Jyn fugira (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Quando a base da Aliança Rebelde recebera a informação sobre a destruição de Jedha e a localização de Galen Erso, a ordem repassada ao capitão Cassian Andor foi para que o

⁶ Soldados da tropa imperial, vestidos em uma espécie de armadura branca com um capacete característico e munidos, geralmente, com uma arma laser.

encontrasse e matasse-o, uma vez que entendiam ser ele o responsável pela nova arma. Assim, a despeito dos argumentos de Jyn sobre ter atestado a inocência do pai após ver a mensagem, a nave rebelde seguiu para a base onde Galen se encontrava. Com o reforço rebelde, uma série de ataques foi desferida pela Aliança, matando o pai de Jyn. Após o ataque, o conselho dos rebeldes se reuniu para votar se iriam confiar nas informações de Galen e empreender uma tentativa de roubo dos planos da arma e, apesar dos pedidos de Jyn, o conselho não aprovou a decisão pela ausência de consenso e por considerar compreender riscos muito altos (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Frente à ausência de apoio da Aliança, Jyn Erso juntou-se ao grupo dos que foram favoráveis à missão e dirigiu-se a Scarif, a estação de batalha onde estava sendo construída a Estrela da Morte. Chegando à ilha, ao passo em que as personagens principais infiltram-se para consecução do roubo dos planos da arma, o restante empreendeu um ataque à base que, após certo tempo, recebeu apoio do restante da Aliança Rebelde. Enfim, a missão foi bem-sucedida e a Aliança Rebelde obteve sua primeira vitória contra o Império, de modo que os planos foram levados até a Princesa Leia, em uma cena que repete o início do Episódio IV, lançado em 1977 (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Ao longo da trilogia composta pelos Episódios IV, V e VI, o conflito que se estabelece entre a Aliança Rebelde e o Império Galáctico é desenrolado, sendo a Batalha de Yavin o principal marco. Ao final, os rebeldes acabam por destruir o poderio de Palpatine e Darth Vader, pondo fim ao Império e restaurando a República na galáxia. Diante das diversas semelhanças que se apresentam entre os acontecimentos da narrativa e as guerras civis na realidade, tornam possível que este seja analisado sob a ótica das proposições teóricas exploradas ao longo do segundo capítulo.

4.2. *Rogue One* e as teorias de guerra civil

Para dar início à análise, é vital ressaltar que, embora apresente grandes semelhanças com eventos que se desenvolvem na realidade, os acontecimentos da obra são completamente ficcionais. Portanto, precisa-se ter em mente que diversos elementos fictícios serão mencionados como parte central dos acontecimentos, ainda que não possuam nenhum tipo de paralelo na vida real. Outro aspecto que deve também ser mencionado é que, em se tratando de uma narrativa produzida para fins de entretenimento, a representação de um fenômeno político não é o objetivo central da obra. Deste modo, a análise a ser aqui desenvolvida será empreendida

com base em alguns poucos indícios deixados pelo enredo, com menções à falas e ações específicas das personagens.

Para mais, vale reforçar que a metodologia empregada tem como principal base o paradigma indiciário de Ginzburg e a sua técnica de identificação de indícios, defendidos como válido para a análise de narrativas por Leandro e Passos (2021). Além disso, serviram como inspiração as análises empreendidas com Cynthia Weber (2005) acerca das Teorias de Relações Internacionais, bem como as perspectivas de Neumann e Nexon (2006) acerca das representações como espelhos de eventos políticos.

Em termos práticos, a lógica da análise se fundamentará na elaboração de indicadores com os quais se espera testar a hipótese levantada inicialmente, a qual pode ser dividida em duas afirmações: (1) *Rogue One* encena a emergência de uma guerra civil e (2) esse fenômeno pode ser explicado a partir do modelo estadocêntrico (ou tese das oportunidades). Tais indicadores, por sua vez, serão apresentados em dois grupos: um resgatando os critérios dos esforços de definição, e outro baseado nas teorias de emergência de guerras civis, divididas entre três principais. Vale destacar que esses tratam-se de adaptações das teorias descritas no capítulo anterior, a fim de que sejam mais adequados à aplicação de uma narrativa ficcional.

Para o primeiro grupo de indicadores, é primeiro necessário ter em vista que a definição de Sambanis (2004b) serve a propósitos operacionais para a análise de casos reais, de modo que apresenta quantitativos numéricos que não podem ser devidamente aplicados em uma narrativa ficcional como *Rogue One*. Portanto, os limites mínimos para número de mortes ou tamanho da população, por exemplo, não serão seguidos à risca, muito embora a magnitude do conflito seja mobilizada de forma mais abstrata.

Tendo isto posto e, somando as propostas de definição do termo apresentadas por Sambanis (2004b) e Kalyvas (2006), tem-se como indicadores para a análise: (i) a ruptura do monopólio da violência; (ii) a organização política e militar dos grupos em guerra, bem como objetivos políticos claros; (iii) a ocorrência do embate nos limites de uma entidade soberana cuja autoridade é reconhecida por ambos os lados e à qual as partes estão sujeitas antes da guerra; (iv) o governo como combatente; (v) a capacidade do lado mais fraco de provocar mortes do lado mais forte; (vi) o marco do início do conflito como um número significativo de mortes em combate.

Já no que diz respeito às teorias que debatem os motivos para a emergência desses conflitos civis, os indicadores serão separados por lógica explicativa. Acerca da lógica baseada

na privação relativa, propostas por Ted Gurr (1970), tem-se que guerras civis emergem pois: (i) os indivíduos observam uma diferença entre o que se tem e o que acreditam ter direito; (ii) os indivíduos frustram-se contra a fonte dessa privação relativa e usam da violência política de forma coletiva; (iii) as fontes da privação relativa mantém relação direta com as condições políticas e sociais específicas, sobretudo em sociedades que o governo precisa da coerção para manter a ordem.

Já sobre as proposições de Collier e Hoeffler (2004), tipicamente utilitaristas e economicistas, entende-se como aspectos centrais de sua lógica explicativa para a emergência de guerras civis: (i) a existência de possibilidades de ganhos econômicos pelos rebeldes através de extorsão de recursos naturais, doações de diásporas e subvenções de governos hostis; (ii) a racionalidade dos atores; (iii) a expectativa de bens materiais como fator motivador para levar os indivíduos a combaterem.

Por fim, para a tese das oportunidades, que acredita-se ser a mais adequada à explicação dos eventos retratados no filme, elencou-se como indicadores (i) a ocorrência de crises ou instabilidades políticas antes da emergência do conflito; (ii) a conciliação de aspectos democráticos e autocráticos pelo governo; (iii) a mobilização de uma base territorial mais afastada; (iv) práticas de contrainsurgência ineptas; (v) uma grande população; (vi) pobreza.

4.2.1. A Guerra Civil Galáctica como uma guerra civil

A Guerra Civil Galáctica, como é conhecido na saga *Star Wars* o conflito que se estabeleceu entre a Aliança Rebelde e o Império Galáctico, não possui um marco exato para o seu início nas diversas produções existentes até o momento de redação deste trabalho. De acordo com a *Star Wars Wiki* (2023), uma enciclopédia criada pelos fãs da saga com base nas informações de suas variadas produções, a primeira grande vitória dos rebeldes na guerra foi o roubo dos planos da Estrela da Morte, retratado em *Rogue One*. Contudo, não existe uma definição clara de que esse seja o início do conflito.

Diante desta falta de definição, os critérios acima definidos serão mobilizados para atestar a adequação do termo “guerra civil” para definir o conflito fictício em questão. No primeiro dos indicadores, delimitou-se a ruptura do monopólio estatal da violência. Esta consiste em atestar a possibilidade de que grupos e/ou indivíduos dentro do Estado utilizem da violência organizada e em larga escala. Para tal classificação, é primeiro necessário entender a concepção de Estado que se aplica à narrativa. Tendo em vista a ausência de menções a outros

sistemas governados por regimes externos ao imperial, a galáxia sob o Império Galáctico de Palpatine é aqui considerada como a figura estatal, sendo composta por uma série de unidades menores, tais como luas e planetas, e dispondo de um governo bem definido.

Diante dessa caracterização, entende-se que a emergência de grupos armados contestadores do poder imperial – dentre os quais está a Aliança Rebelde, mas não apenas – configuram a ruptura do monopólio da violência. Indícios que atestam o cumprimento a este requisito é a posse de armamentos de alta qualidade pelos rebeldes, por partidários de Saw Gerrera e, inclusive, por indivíduos “comuns” na lua de Jedha. Todavia, é fundamental destacar que a ruptura deste monopólio não tem seu início evidenciado na obra analisada. Segundo a Star Wars Wiki (2023), estima-se que a formação oficial da Aliança Rebelde tenha se dado no ano 5 ABY, muito embora não existam informações de que este tenha sido o primeiro grupo armado.

Adiante, quanto ao critério (ii) estabeleceu-se a organização política e militar dos grupos em guerra, bem como objetivos políticos claros. Embora possa parecer óbvio a esta altura do texto, julga-se importante que primeiro sejam identificadas as partes envolvidas como sendo a Aliança Para Restauração da República e o Império Galáctico. Isto pois, a despeito da existência de diversos indivíduos contrários ao regime imperial, somente os Rebeldes apresentavam organização política e militar, com rumos bem traçados. No que diz respeito aos partidários de Saw Gerrera, embora tratados pelos líderes da Rebelião como extremistas, é possível entender que estes serviam ao mesmo objetivo que a Aliança e dispunham também de organização, de modo que podem ser classificados como uma vertente do movimento principal. Contudo, a destruição de Jedha e morte de Gerrera acabou por encerrar a atuação deste grupo paralelo, tornando-o pouco relevante ao debate aqui.

Tendo isto em mente, é possível identificar indícios na narrativa em que a organização rebelde é destacada. No que tange à sua organização política, essa se observa ao longo da narrativa na exposição de sua reprovação ao governo imperial e à sua representação como uma força resistente ao poder deste. Internamente, é possível destacar o alto grau de complexidade que envolve a organização, marcado pela existência de uma distribuição de papéis. Nas cenas iniciais, em que Jyn é levada até a base das operações rebeldes, se observa uma série de indivíduos dedicados a atividades de monitoramento e coleta de dados, além daqueles envolvidos com a pilotagem ou conserto das naves à sua disposição (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

As lideranças do movimento também aparentam definição clara, evidenciada na organização do grupo em conselho, na cena em que todos reúnem-se para votar se seguirão ou não com o roubo dos planos da Estrela da Morte, recortada na Figura 1 abaixo. Embora não sejam devidamente introduzidas no longa-metragem, as personagens que se colocam à frente dos demais, em torno da mesa, são as principais lideranças do movimento rebelde, conforme melhor apresentado em outras produções da saga. Na imagem abaixo, uma dessas personagens é destacada: a líder Mon Mothma, vestida de branco, no centro do enquadramento.

Figura 1 – Reunião do conselho rebelde para deliberação sobre o ataque em Scarif



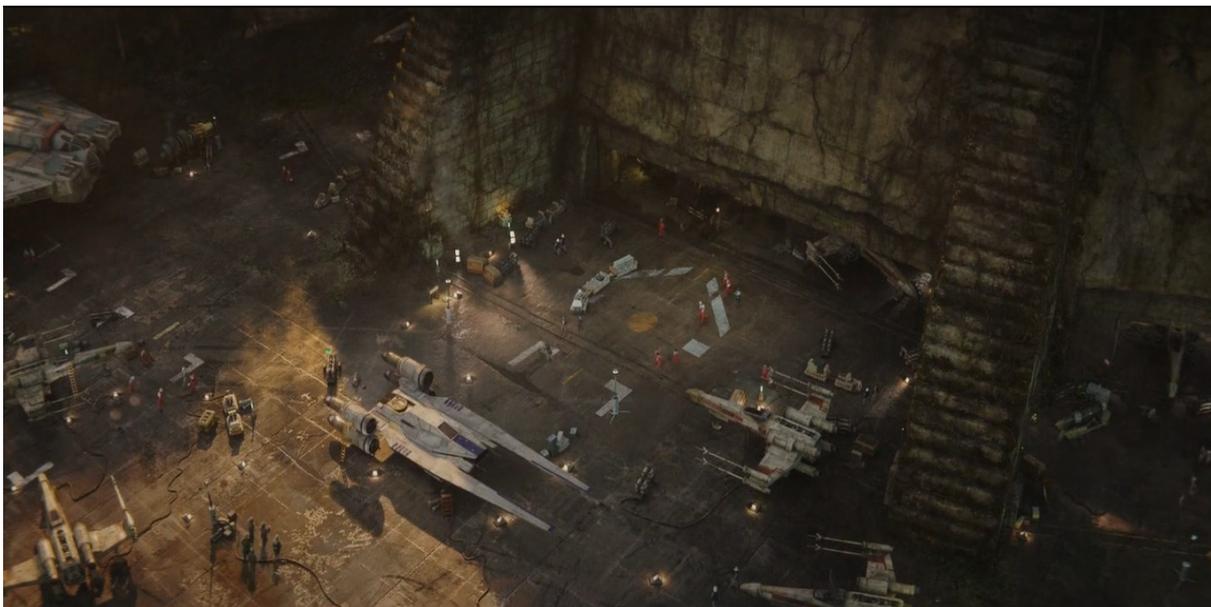
Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

Já em termos de organização militar, é possível mencionar a categoria de pilotos existente dentro da Aliança, os quais dispõem de naves espaciais com considerável poder de destruição. A Figura 2 mostra indícios de tal fato ao apresentar a parte externa do quartel general da Aliança, em Yavin 4. No recorte, é possível observar algumas naves rebeldes, dentre elas os famosos caças rebeldes, conhecidos como X-Wing, além de alguns pilotos vestidos em seus uniformes alaranjados e capacetes brancos, caixas de suprimento e armamento rebelde. Todavia, é necessário destacar que o recorte exposto abaixo não apresenta a totalidade dos equipamentos militares à disposição do grupo.

Já quanto à outra parte envolvida na contenda, o Império Galáctico, entende-se que a sua organização política e militar compõe parte de seu projeto para governar a galáxia. Esta é passível de ser observada diversas vezes ao filme, quando se apresentam também os elementos

de divisão dos papéis entre os membros, a existência de uma hierarquia. A sua organização militar é ainda mais nítida, simbolizada facilmente pelos *stormtroopers* que executam patrulhamento nas cenas ambientadas em Jedha (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Figura 2 – Naves e pilotos da Aliança Rebelde na base em Yavin 4



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

O critério (ii) exige ainda a existência de objetivos políticos evidentes de ambos os lados, sobre os quais discute Kalyvas ao diferenciar as guerras civis de outras formas de conflitos internos. Em seu quadro, usando como critério a fonte das hostilidades e os objetivos das partes, Kalyvas (2006) define as guerras civis como um conflito bilateralmente organizado em que o objetivo de ao menos uma das partes é governar. No referido caso, é possível resgatar indícios de que ambos os lados possuem o objetivo de governar a galáxia.

Do lado rebelde, o próprio nome do grupo destaca o seu interesse em restaurar a república, pondo fim ao governo de Palpatine. Do lado imperial, entende-se que embora estes já estejam à frente do governo, possuem também pretensões autoritárias que podem ser percebidas pela fala do diretor Orson Krennic quando este afirma que: “quando a estação estiver concluída, o Senado não nos causará grandes transtornos” (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016, 22’50”). Tal fala configura-se como um indício de que a posse de uma arma de destruição em massa – isto é, a Estrela da Morte – lhes permitiria aumentar a capacidade de controle do sistema a partir da ameaça do uso da força.

Adiante, têm-se: (iii) a ocorrência do embate nos limites de uma entidade soberana cuja autoridade é reconhecida por ambos os lados e à qual as partes estão sujeitas antes da guerra. Acerca deste critério, é primeiro necessária uma abstração em relação à ideia de entidade soberana. Conforme pontuado, a compreensão adotada neste trabalho é a de que a ideia de Estado no filme é representada pela galáxia. Portanto, a entidade soberana do sistema será aqui entendida como o governo galáctico, o qual está sob o regime imperial de Palpatine ao longo da narrativa de *Rogue One*.

Tendo isto posto, é relevante destacar que os embates retratados em *Rogue One* acontecem em luas e planetas que estão sob jurisdição do Império Galáctico, tais como Jedha e Eadu, sendo, portanto, possível entender que o conflito é sim interno aos limites de uma entidade soberana. Acerca do reconhecimento da soberania, entende-se que esse é o reconhecimento da população e/ou externo em relação ao regime que governa a galáxia. Assim, a fim de evitar adentrar em um complexo debate em torno da ideia de soberania e seus limites, entende-se que a sujeição dos indivíduos ao governo imperial são indícios de que este simboliza uma entidade soberana a qual as partes estão sujeitas.

Adiante, o quarto indicador constitutivo de guerras civis é a participação do governo como combatente, a qual já foi aqui mencionada como uma das características do conflito retratado no filme. De acordo com Sambanis (2004b), tal participação pode acontecer através dos militares ou milicianos que compõem o governo. Em *Rogue One* (2016), observa-se que o Império faz o uso da força principalmente mediante *stormtroopers* e droides⁷ para conter a população e os rebeldes, os quais mobilizam armas laser (ou *blasters*), pequenas espaçonaves de artilharia e grandes naves de apoio.

Na Figura 3 abaixo, é possível observar *stormtroopers* em combate contra membros das forças extremistas comandadas por Saw Gerra. No recorte, são apresentados alguns membros das forças imperiais com armas laser em mãos, além de dois outros posicionados sobre um tanque de guerra, no qual está instalada uma espécie de metralhadora laser.

⁷ Robôs apresentados na saga *Star Wars* que dispõem de consciência e inteligência própria, podendo ser de modelos variados e serem mobilizados tanto pelas forças rebeldes como pelas forças imperiais.

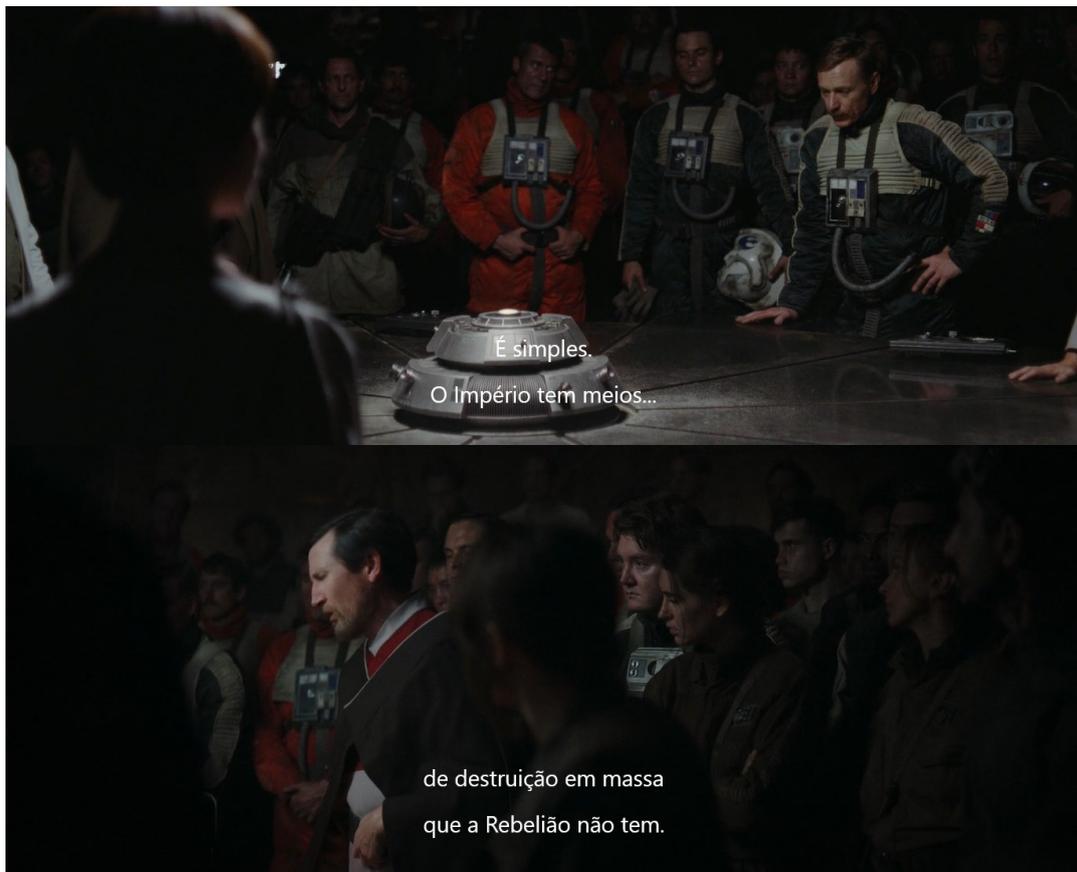
Figura 3 – Forças imperiais em combate contra as forças de Saw Gerrera



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

Ademais, sendo o governo um dos combatentes e, portanto, o lado que dispõe de maior poder e organização, Sambanis (2004) e Kalyvas (2006) consideram importante a capacidade do lado mais fraco de provocar baixas ao lado mais forte. Deste modo, garante-se a diferenciação com outras formas de produção de violência que sejam unilaterais e promovidas pelo Estado, como o “terror estatal” mencionado por Kalyvas. Como dito e evidenciado na Figura 2, a Aliança Rebelde dispõe de naves, pilotos treinados e um sistema de informações que lhes permite infligir consideráveis danos ao Império, ainda que sejam mais fracos. Tal aspecto é ressaltado na fala representada na Figura 4 abaixo, durante a já mencionada reunião do conselho rebelde.

Figura 4 – Reunião do conselho rebelde sobre a invasão de Scarif



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

Por fim, destaca-se o indicador acerca do início das guerras serem considerados a partir de um marco quantitativo de mortes em combate. A respeito dos indícios fornecidos pela narrativa em torno desse aspecto, entende-se ser impossível a quantificação das vítimas fatais ocorridas em combate para atingir aos critérios operacionais estabelecidos por Sambanis (2004) – entre 500 e 1000 mortes em um único ano. Entretanto, julga-se ser possível avaliar a dimensão dos enfrentamentos que são brevemente apresentados ao longo da narrativa.

Os primeiros ataques apresentados no filme ocorrem na lua Jedha, sendo um deles envolvendo os combatentes do grupo de Saw Gerrera, alguns membros da Aliança e soldados imperiais, ao qual se refere a Figura 3. Nesta cena, é possível perceber a morte de algumas dezenas de combatentes imperiais, entre soldados e droides, bem como de alguns dos partidários de Saw Gerrera. Adiante, de forma desconectada ao embate ocorrido pouco antes, líderes imperiais escolhem a lua de Jedha para testar o poder de destruição da Estrela da Morte (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Embora não seja mencionado pelas personagens imperiais, é possível supor que a escolha do referido satélite considera o fato de ser esta a localização dos partidários de Saw Gerrera. Assim, com a destruição da lua pelo ataque imperial, supõe-se a morte do líder extremista e de seu grupo, além de toda a população que ali habitava. Outros dois embates que podem ser considerados para quantificação do número de mortes são os enfrentamentos ocorridos em Eadu e Scarif. No primeiro desses, o ataque é desferido pela Aliança Rebelde, que tinha como objetivo o assassinato de Galen Erso. Na ocasião, a plataforma imperial é explodida e, além de Galen, uma série de soldados do Império são também mortos (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016).

Já o embate ocorrido em Scarif tratou-se de uma iniciativa de parte dos rebeldes que tinha como objetivo roubar os planos da Estrela da Morte, sob o comando de Jyn Erso e Cassian Andor. Sendo este o maior enfrentamento representado no filme, o número de mortes rebeldes e imperiais é consideravelmente alto, representando danos significativos a ambos os lados e culminando em uma primeira vitória da Rebelião (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016). Assim, ainda que não seja possível quantificar o número de mortes total retratado no filme, entende-se que a soma das baixas ocorridas ao longo dos quatro conflitos mencionados, junto à contemplação dos demais indicadores, são suficientes para que o início do conflito seja aqui considerado no ano 0, antes mesmo da Batalha de Yavin.

4.2.2. As razões para a emergência da Guerra Civil Galáctica

Tendo considerado que os eventos apresentados ao longo de *Rogue One* retratam a emergência de uma guerra civil, nos moldes dos critérios teóricos de Sambanis e Kalyvas, adaptados à narrativa ficcional, faz-se necessária a análise das teorias que explicam a emergência de guerras civis. Conforme pontuado inicialmente, a hipótese que guia o presente trabalho é a de que a lógica mais adequada para explicar os acontecimentos da obra é a tese das oportunidades. Assim, a análise abaixo terá início pelo teste dos indicadores das teses da frustração e da cobiça e, depois de avaliadas sua capacidade explicativa para o referido caso, será empreendida uma análise a partir da tese das oportunidades.

Partindo da teorização da frustração, ou dos atores desprovidos, elencou-se como indicadores desta lógica explicativa que: (i) os indivíduos observam uma diferença entre o que se tem e o que acreditam ter direito; (ii) os indivíduos frustram-se contra a fonte dessa privação relativa e usam da violência política de forma coletiva; (iii) as fontes da privação relativa

mantém relação direta com as condições políticas e sociais específicas, sobretudo em sociedades que o governo precisa da coerção para manter a ordem. Analisando indícios da obra, é possível colocar à prova tais aspectos.

Ao longo da narrativa, em diversos momentos é possível identificar indícios do descontentamento em relação ao governo imperial por diferentes personagens. Do lado rebelde, este é evidente no próprio nome da Aliança Para Restauração da República, embora não sejam expressas justificativas que detalhem exatamente quais aspectos compõem essa diferença entre a expectativa e a realização. Contudo, é nítida a representação do Império enquanto um governo autoritário e com objetivos gananciosos de exercer controle sobre toda a galáxia. Assim, entende-se que essa privação observada pelos personagens poderia dizer respeito à supressão da liberdade, ao fim da democracia, ao emprego da força pelo governo, dentre outros aspectos políticos e sociais.

Com base nessa constatação, a lógica explicativa de Ted Gurr entenderia que os rebeldes teriam sido levados a usar da violência de forma coletiva contra o regime de Palpatine pela frustração derivada da privação de valores como a liberdade e a democracia, uma vez que estas tratam-se de questões políticas e sociais específicas do contexto da galáxia. Para que se possa discutir tal interpretação, julga-se relevante a menção a uma fala do personagem Cassian Andor a Jyn Erso acerca de seu envolvimento com a Aliança:

[Cassian Andor]: “[...] Nós não temos o luxo de decidir quando e como vamos nos preocupar com algo. Do nada a Rebelião é real para você? Para alguns de nós é a vida inteira. Eu estou nessa luta desde os 6 anos de idade. Você não é a única que perdeu tudo, alguns de nós apenas decidimos fazer algo a respeito.” (ROGUE One: uma história Star Wars, 2016, 71’53”).

A frase apresenta indícios de que a formação do movimento rebelde se deu por indivíduos que tiveram suas vidas afetadas diretamente pela instauração do regime imperial e, nas palavras do personagem, não tiveram escolha senão a organização de uma força de oposição. Contudo entende-se que, embora tal afirmação seja adequada à realidade de rebeldes como Andor e pareça sustentar que a tese da frustração é adequada à explicação do filme, deve-se primeiro refletir sobre as inconsistências que se estabelecem. Retomando a crítica levantada por Charles Tilly (1978), é possível questionar se todos os indivíduos frustrados com as condições sociais e políticas provocadas pelo regime imperial juntaram-se à rebelião. Acerca dessa questão, mobiliza-se a fala de Jyn Erso a Saw Gerra:

[Jyn Erso]: Estou fora agora. Vocês podem fazer o que quiserem.
[Saw Garrera]: “Não se importa com a causa?”
[Jyn Erso]: “A causa? Sério? A Aliança, os rebeldes, ou seja lá como se chamem atualmente... tudo o que isso sempre me trouxe foi dor”
[Saw Garrera]: “Tolera ver a bandeira imperial reinar por toda a galáxia?”
[Jyn Erso]: “Não é um problema se não olhar para cima.”
(ROGUE One: uma história Star Wars, 2016, 41’52”)

A partir da fala, é evidente que Jyn não é simpática ao regime imperial, o que pode ser sustentado pelo fato de ter sido esse o responsável por seu pai ter sido levado e sua mãe morta. Contudo, apesar de suas frustrações, até os acontecimentos presentes na linha do tempo do filme, Jyn havia se afastado do movimento rebelde por entender que este também foi responsável por lhe trazer sofrimento. Assim, permite-se introduzir a reflexão de que a frustração dos indivíduos e a sua privação relativa pode derivar não apenas do regime ao qual estão submetidos, mas também da instabilidade e insegurança que se instauram com a deflagração de uma guerra civil.

Desta forma, entende-se que embora existam frustrações nas raízes das motivações dos rebeldes, estas não são suficientes para levar os indivíduos, de forma geral, a combaterem, uma vez que a possibilidade de que o seu sofrimento se agrave com uma guerra civil os afasta da Rebelião. Portanto, julga-se que a tese da frustração se demonstra como demasiadamente limitada para explicar as causas da Guerra Civil Galáctica, representada em *Rogue One*, muito embora seja útil à compreensão das motivações pessoais de parte dos rebeldes.

Dando seguimento à análise, passa-se aos indicadores que sintetizam o cerne da tese da cobiça, defendida por Collier e Hoeffler (2004). Estes são: (i) a existência de possibilidades de ganhos econômicos pelos rebeldes através de extorsão de recursos naturais, doações de diásporas e subvenções de governos hostis; (ii) a racionalidade dos atores em guiar-se pelo custo-benefício; (iii) a expectativa de bens materiais como fator motivador para levar os indivíduos a combaterem. De orientação inegavelmente utilitarista, tais indicadores exigem uma análise por vias econômicas.

Tendo em vista que a Aliança dispõe de capacidade de infligir danos ao seu oponente com seus caças, armamentos e sistema de inteligência, pressupõe-se a necessidade de financiamento de tais atividades. Todavia, o enredo do filme não faz menção a aspectos econômicos que envolvem o movimento rebelde, nem mencionando a fonte de seu financiamento e nem demonstrando possibilidades de ganhos materiais em caso de envolvimento no conflito. Portanto, a teoria mostra-se inadequada para aplicação do caso

fictício em questão, visto que a base dos indicadores estabelecidos não se verifica pelos indícios apresentados pela obra.

Diante disso, resta o teste dos indicadores elaborados a partir da tese das oportunidades, a fim de validar a hipótese inicialmente apresentada. Baseados nas proposições de Skocpol (2015) e Fearon e Laitin (2003), foram estipulados como indicadores desta teoria: (i) a ocorrência de crises ou instabilidades políticas antes da emergência do conflito; (ii) a conciliação de aspectos democráticos e autocráticos pelo governo; (iii) a mobilização de uma base territorial mais afastada; (iv) práticas de contrainsurgência ineptas; (v) uma grande população; (vi) pobreza. Vale destacar que a apresentação de tais itens como indicadores se justificam como uma adaptação à análise de uma narrativa fictícia, na busca por facilitar o seu desenvolvimento.

Conforme destacado no capítulo anterior, estes indicadores sintetizam uma lógica explicativa para a emergência de guerras civis que se concentra no Estado, não nas motivações dos indivíduos. Diante disso, é possível mencionar uma série de indícios que evidenciam o critério (i), acerca de crises e instabilidades políticas. Embora não sejam representados nas cenas de *Rogue One*, os processos de queda da República e golpe de Palpatine para a instauração do Império estão na base de uma série de crises políticas e econômicas que se seguiram na linha temporal da saga.

Derivado deste processo, entende-se ser então possível mencionar a própria formação da Aliança Para Restauração da República como uma instabilidade. Isto pois, a emergência de uma resistência armada ao regime pode significar problemas de governabilidade e a necessidade de exercer controle sobre o grupo, visto que o monopólio da violência estatal foi rompido. Para mais, a fuga de um dos pilotos imperiais com informações sigilosas acerca da construção da Estrela da Morte e uma mensagem direcionada aos rebeldes, também pode ser considerada uma importante instabilidade política.

Adiante, acerca da conciliação democrática e autocrática no regime, Fearon e Laitin (2003) pontuam que esta aponta para possibilidade de contestação política entre forças que são concorrentes. A respeito deste aspecto, julga-se importante destacar a menção feita pelo Governador Moff Tarkin ao diretor Krennic acerca da construção da Estrela da Morte, apresentada na Figura 5 abaixo.

Figura 5 – Conversa entre o Governador Tarkin e o Diretor Krennic sobre a Estrela da Morte



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

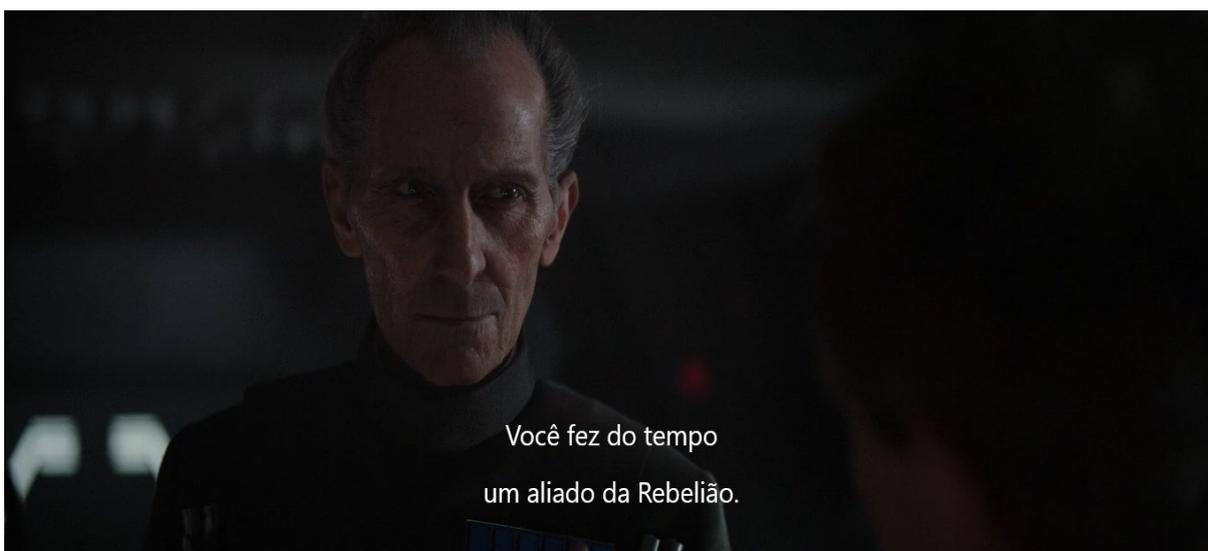
Nesta fala, o Governador Tarkin apresenta indícios de que: (i) o Senado Galáctico sobreviveu aos 19 primeiros anos do regime imperial, ainda não dispusesse dos mesmos poderes após o golpe do atual imperador; e que (ii) o vazamento das informações sobre a construção de uma arma de destruição em massa poderia favorecer que os representantes apoiassem a Aliança Rebelde. Portanto, o critério estabelecido por Fearon e Laitin mostra-se adequado à compreensão do problema que se apresenta ao Império em relação ao vazamento de informações que se deu pela fuga do piloto, no início da trama, o qual foi acima compreendido como uma instabilidade política.

A mobilização de uma base mais afastada é entendida como aspecto fundamental à tese das oportunidades pois, na visão de Fearon e Laitin (2003), essa garantiria a capacidade dos rebeldes de esconderem-se do poder de seu oponente, o qual já foi definido como bastante superior. A informação sobre o quartel general da Aliança Rebelde estar situado na lua Yavin

4 parece manter-se oculta das forças imperiais, informação essa confirmada no Episódio IV, lançado em 1977, em que as forças imperiais são atraídas até a base rebelde por um rastreador. Assim, embora não seja possível tecer tal afirmação somente pelo enredo de *Rogue One*, evidencia-se a adequação deste aspecto da tese para explicação de mais uma oportunidade à emergência das guerras civis.

Este aspecto se associa ao indicador (iv), acerca das práticas de contrainsurgência ineptas. Estas significam a ineficácia do governo, isto é, do Império, em controlar a ação insurgente dos grupos rebeldes de oposição. Os indícios mencionados da fuga do piloto imperial e do roubo efetivo dos planos da Estrela da Morte contribuem para a contemplação de tal critério, uma vez que representam falhas explícitas na atuação imperial. Ainda, é possível mencionar como indício relevante uma fala do governador Moff Tarkin acerca dos atrasos na construção da arma, que dá continuidade ao recorte da Figura 5.

Figura 6 – Conversa entre o Governador Tarkin e o Diretor Krennic sobre a Estrela da Morte



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

O recorte representado na Figura 6 apresenta indícios da falha da equipe imperial em exercer o controle sobre o avanço rebelde, tendo em vista que atrasou a construção da arma de destruição em massa que tinha como objetivo fortalecer a atuação autoritária do governo e, conseqüentemente, exercer controle sobre as tentativas de insurgência.

Por fim, no que diz respeito aos indicadores (v) e (vi), estes foram elencados como alguns dos critérios mencionados por Fearon e Laitin (2003) como evidências de um Estado

fraco, o qual por sua vez teria mais chances de sofrer com uma guerra civil. A grande população é considerada relevante para os autores por exigir maiores esforços de patrulha e monitoramento, bem como por tornar necessário um maior número de recrutas para lidar com uma possível insurgência. Em se tratando de um sistema galáctico, indícios sobre o alto número de estrelas que estão sob o comando do Império Galáctico confirmam uma população e território demasiadamente extenso, embora inquantificável. Assim, torna-se mais difícil a identificação dos rebeldes, favorecendo sua posição reservada.

Já a pobreza é entendida como sendo relevante por indicar a fraqueza do Estado em favorecer o recrutamento de jovens rebeldes, tendo em vista que as opções alternativas são economicamente inferiores. Ainda, um Estado pobre dispõe de capacidade limitada para fornecer o básico à população e exercer controle sobre essa, além de aumentar os sentimentos negativos da população em relação a si próprio. Pelos motivos já mencionados na análise da tese da cobiça, não se pode tecer afirmações acerca do Estado financeiro do Império Galáctico, visto que questões econômicas não são abordadas pela saga, de modo geral. No entanto, é possível tecer observações acerca das condições materiais da população na lua de Jedha, ocupada pelas forças imperiais.

Na cena a qual pertence o quadro da Figura 7 abaixo, é possível observar ruas estreitas, envoltas por barracas simples e cheias de indivíduos. Ainda, é possível identificar feiras de trocas comerciais. Embora tais aspectos não sejam espelhos perfeitos da pobreza, também não indicam condições de vida tranquilas e agradáveis. Conforme mencionado por uma das personagens antes da viagem à Jedha, trata-se de um ponto quente, marcado pela iminência do uso da violência pelas forças imperiais ou pelos partidários de Saw Gerrera.

Figura 7 – Ruas de Jedha



Fonte: Rogue One: uma história Star Wars, 2016.

Com base na análise desenvolvida, é possível atestar a presença de indícios que sustentam a adequação da tese das oportunidades para compreensão do conflito que se organiza na fictícia galáxia, em detrimento das explicações oferecidas pelas teses da frustração e da cobiça. Assim, entende-se que a hipótese apresentada inicialmente pode ser comprovada mediante o teste realizado pelos indicadores estipulados, evidenciando que as razões para a emergência da guerra civil são explicados pelas oportunidades fornecidas pela falha estatal, as quais estiveram presentes desde sua dificuldade em permitir a insurgência de movimentos rebeldes armados, de controlar o vazamento de informações confidenciais, evitar a conspiração interna de funcionários e combater militarmente as forças opositoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho empreendeu uma análise do filme *Rogue One*, da saga *Star Wars* tendo como base as mais relevantes contribuições teóricas em torno das guerras civis. Assim, estabeleceu-se uma conexão entre as produções científicas do campo das Relações Internacionais e as linguagens artísticas. Dentro desse esforço, foram sinalizadas contribuições predecessoras que justificaram a relevância de trabalhos como este e, embora permaneça um longo caminho a ser percorrido para esta nova agenda, espera-se que a análise aqui empreendida tenha contribuído ao adaptar uma nova abordagem metodológica.

Acerca desta, entende-se que o uso do paradigma indiciário no estudo de Relações Internacionais e de Linguagens Artísticas apresenta grandes possibilidades, permitindo a consideração de aspectos que não são compreendidos por outras metodologias, tendo os indícios como base para interpretações mais complexas. Além disso, entende-se a possibilidade de que esse ofereça importantes contribuições para suprir a carência de modelos analíticos bem-definidos que permeia essa nova agenda. Contudo, deve-se destacar as dificuldades enfrentadas na aplicação de tal metodologia à análise da produção cinematográfica selecionadas na totalidade dos elementos que compõem o método, tais como a cronologia, as sensações, o fardo e o acaso.

Já quanto aos modelos teóricos dos estudos em guerra civil, também melhor estruturados a partir das últimas décadas, verificou-se a existência de diferentes interpretações possíveis para explicação dos mesmos fenômenos. Assim, tendo em vista o aumento da relevância dos conflitos intraestatais no cenário internacional, a ponte estabelecida entre tais teorias e um produto de cultura pop pode ser expandida para explorar as possibilidades sinalizadas por Neumann e Nexon (2006) e Cynthia Weber (2005). Isto é, para que produções culturais de grande alcance sirvam à explicação destes diversos e complexos modelos no ensino das Relações Internacionais.

Diante dos resultados obtidos pela análise, entende-se ter sido comprovada a hipótese inicialmente estabelecida de que a tese das oportunidades (ou modelo estadocêntrico) é o modelo mais adequado para explicar o surgimento da Guerra Civil Galáctica, representado em *Rogue One*. Conforme evidenciado pela contemplação dos indicadores estabelecidos, foram observados diversos indícios de falhas na estrutura estatal que permitiram a emergência da guerra civil propriamente dita. Julga-se ainda importante afirmar que, considerar o surgimento do conflito pela existência de oportunidades e não por motivações individuais ou coletivas dos

rebeldes não significa inferir que esses não eram vítimas de violência o suficiente para os fazer guerrear.

Significa sim dizer que, independentemente da violência sofrida, a capacidade da Aliança de sustentar um conflito contra um Império consideravelmente mais poderoso somente surgiu com tais oportunidades. Assim, embora diversos habitantes do sistema galáctico fossem atingidos pelo sofrimento causado pelo governo imperial, a guerra civil galáctica foi de fato empreendida apenas pelo grupo insurgente que aproveitou-se das oportunidades de esconder-se das forças imperiais, utilizar das informações privilegiadas que foram vazadas, bem como de ganhar tempo pelos atrasos na construção da Estrela da Morte.

Por fim, é necessário destacar que a escolha por intitular o presente trabalho a partir da frase “*Rebellions are built on hope*” (Rebeliões são baseadas em esperança, em português), repetida pelos personagens Cassian Andor e Jyn Erso, sustenta a argumentação de que tais movimentos insurgentes são baseados na esperança de que oportunidades se apresentem. Não apenas oportunidades que favoreçam a emergência de um conflito contra um governo a que se opõe, mas oportunidades que permitam melhores condições de vida a esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA pela Restauração da República. **Star Wars Wiki**, 2023. Disponível em: <https://starwars.fandom.com/pt/wiki/Alian%C3%A7a_pela_Restaura%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica?so=search>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BARROS, Marina de Oliveira. **Pós-positivismo em Relações Internacionais**: contribuições em torno da problemática da identidade. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 116, 2006.
- BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- BLEIKER, Roland. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, Londres, v. 30, n. 3, p. 509-533, dez. 2001. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298010300031001>>. Acesso em: 09 fev. 2023.
- CALLAHAN, William A. **Sensible Politics**: Visualizing International Relations. Nova Iorque: Oxford University Press, 2020.
- CEDERMAN, Lars-Erik; VOGT, Manuel. Dynamic and Logics of Civil War. **Journal of Conflict Resolution**, Londres, v. 61, n. 9, p. 1992-2016, jul. 2017.
- CIEPLY, Michael. Disney Buying Lucasfilm for \$4 Billion. **The New York Times**, Nova Iorque, 30 out. 2012. Disponível em: <<https://archive.nytimes.com/mediadecoder.blogs.nytimes.com/2012/10/30/disney-buying-lucas-films-for-4-billion/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. Greed and Grievance in Civil War. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 56, n. 4, p. 563–595, out. 2004.
- CORRELATES OF WAR. **Correlates of War (CoW)**, 2022. Homepage. Disponível em: <<https://correlatesofwar.org/>>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ECO, Umberto (Org.). **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- FEARON, James D. ; LAITIN, David D. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. **The American Political Science Review**, v. 97, n. 1, p. 75-90, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3118222?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- FREIRE, Danilo Alves Mendes. **Entre Urnas e Armas**: A Competitividade do Poder Executivo e as Guerras Civas, 1976-2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 204. 2011.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAYSON, Kyle; DAVIES, Matt; PHILPOTT. Pop Goes IR? Researching the Popular Culture-World Politics Continuum. **Politics**, v. 29, n. 3, p. 155-163, out. 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9256.2009.01351.x>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GURR, Ted Robert. **Why Men Rebel**. Princeton: Princeton University Press, 1970.

HOZÍĆ, Aida A. Introduction: The Aesthetic Turn at 15 (Legacies, Limits and Prospects). **Millennium - Journal of International Studies**, Londres, v. 42, n. 2, p. 201-205, dez. 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0305829816684253>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KALYVAS, Stathis. **The Logic of Violence in Civil Wars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglion. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/hk9sxtYY6BCfcHxwYm3Q8zB/#>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Política, cultura pop e entretenimento: o improvável encontro que está transformando a democracia contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

MESQUITA, Luisa Davi Oliveira de. **Fandoms, afetos e ciberespaço: perspectivas de comunidades políticas para além das tradicionais**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 116 p. 2021.

MOORE, Cerwyn; SHEPERD, Laura J. Aesthetics and International Relations: Towards a Global Politics. *Global Society*, Londres, v. 24, n. 3, jul. 2010.

NEUMANN, Iver; NEXON, Daniel. **Harry Potter and International Relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

NEWMAN, Edward; DEROUEN, Karl. **Routledge Handbook of Civil Wars**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

NEWMAN, Edward. **Understanding Civil Wars**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

PRODUCTION costs and global box office revenue of Star Wars movies as of February 2023. **Statista**, 2023. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/311356/star-wars-production-costs-box-office-revenue/>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: EXO experimental org, 2005.

ROGUE One: uma história Star Wars. Direção: Gareth Edwards. Produção: Kathleen Kennedy. Estados Unidos: Lucasfilm Ltd., 2016. Disney + (133 min).

SAMBANIS, Nicholas. Using Case Studies to Expand Economic Models of Civil War. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 2, p. 259-279, jun. 2004a.

SAMBANIS, Nicholas. What Is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 48, n. 6, p. 814-858, dez. 2004b.

SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SHAPIRO, Michael. **Cinematic Geopolitics**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

SILVA, Luan do Nascimento; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. A disciplina de “Arte e estética nas Relações Internacionais”: Movimentos teórico-práticos extracotidianos. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-16, jun. 2021. Disponível em <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/15059>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

STAR Wars: A Ameaça Fantasma - Episódio I. Direção: George Lucas. Estados Unidos: Lucasfilm Ltd., 1999. Disney + (136 min).

STAR Wars: Ataque dos Clones - Episódio II. Direção: George Lucas. Produção: Rick McCallum. Estados Unidos: Lucasfilm Ltd., 2002. Disney + (143 min).

STAR Wars: A Vingança dos Sith - Episódio III. Direção: George Lucas. Produção: Rick McCallum. Estados Unidos: Lucasfilm Ltd., 2005. Disney + (140 min).

STAR Wars: Retorno do Jedi - Episódio VI. Direção: Richard Marquand. Produção: George Lucas. Estados Unidos: Lucasfilm Ltd., 1983. Disney + (134 min).

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. 1. ed. Nova Iorque: Newberry Award Records, 1978.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory: a critical introduction**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2005.

WELDES, Jutta. Popular Culture, Science Fiction, and World Politics: Exploring Intertextual Relations. In: WELDES, Jutta (ed.). **To Seek Out New Worlds: Science Fiction and World Politics**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.